

# **HISTÓRIA DO ANGLICANISMO**

# HISTÓRIA DO ANGLICANISMO

## INTRODUÇÃO

A história do Anglicanismo coincide, em grande parte, com a História da Igreja da Inglaterra e a História da Igreja, na Inglaterra, é o resultado, o somatório, de experiências religiosas de vários matizes, com características bem específicas e, também, da acomodação cultural de diferentes tradições cristãs. Isto faz da História da Igreja na Inglaterra uma experiência fascinante: ora ela se desenvolve dentro dos seus próprios padrões culturais, ora ela caminha sob autoridade externa, ora ela retoma seus direitos de ter os seus próprios critérios, a sua auto-determinação, dentro dos padrões da Cristandade.

Tudo isso se desenvolve dentro de um contexto sócio-político-cultural pertinente ao momento histórico pelo qual o país está passando e se desenvolvendo. Os períodos históricos pelos quais a Inglaterra atravessa são determinantes, também, para a construção do seu processo religioso, como vamos ver, na continuidade desse texto. Daí a necessidade de, para entender o desenvolvimento religioso do que viria a ser o Anglicanismo, conhecer, também o respectivo processo histórico. A partir dele, floresce, em suas várias fases, o desenvolvimento religioso com os seus vários desdobramentos e características. E isso é tão forte na Inglaterra, que até hoje, o país não conseguiu se desvencilhar da estreita ligação entre Igreja e Estado, o que, entendemos, pode ser um fardo para a Igreja da Inglaterra, embora haja, ainda hoje, os defensores dessa situação.

Com a evolução política e histórica do Anglicanismo, atualmente, ele não é mais sinônimo de “inglês” ou “Igreja ou religião dos ingleses “. O grandioso desse processo evolutivo é que, por muito tempo, Anglicanismo foi sinônimo de “comunhão”, de “irmandade“, de reunião de igrejas ou províncias autônomas, no que concerne ao seu governo e administração, com uma identidade doutrinária comum, embora adaptada às variantes culturais. No entanto, atualmente, a Comunhão Anglicana está passando por uma grande crise interna, em que o sentido de unidade, de comunhão está sendo questionado, por fatos que ocorreram no século XX: a ordenação feminina, e no XXI, a sagração de um bispo homossexual assumido, pela Igreja dos Estados Unidos, e a bênção matrimonial de casais do mesmo sexo, por uma diocese canadense. Essas mudanças em províncias anglicanas gerou um processo de ruptura com outras, principalmente na África, Ásia , Cone Sul, etc. A crise não é mais ocasionada, como no passado, pelos movimentos políticos do país Inglaterra, mas sim pelas tentativas de ajustes culturais aos dias contemporâneos, sem um processo prévio de consulta e reflexão na Comunhão. A tensão entre a liberdade interna de uma província e o

consenso de toda a Comunhão está mais do que evidente, nos dias de hoje.

No entanto, a compreensão desse processo evolutivo passa, certamente, pela Inglaterra, antes de chegar nas outras províncias, e é por ela que vamos começar a trabalhar o nosso tema.

## **Capítulo 1 – Da Pré-História à Dominação Romana**

A Grã-Bretanha, nos períodos mais remotos de sua história, foi primeiramente habitada pelos homens das cavernas os quais, por não possuírem escrita, não deixaram registros de sua experiência de vida (Pré-História). Com o transcorrer do tempo, fala-se que o território foi ocupado pelos “Ibéricos “ou “Ivéricos “, que vieram do leste, e que tinham uma notável semelhança com os Bascos. É possível que eles, vinculados a alguma tribo mongólica em busca do oeste, guiada pelo instinto que dirigiu muitas migrações raciais, na direção ocidental, tomaram os rumos do norte e do sul – um grupo, para enfrentar os perigos do mar e habitar a futura Britânia e a Irlanda; outro, para atravessar os Pirineus e permanecer abrigado em suas profundas ravinas; ou, talvez, que os Bascos dos Pirineus, enfrentando as tormentas da Baía de Biscaia em seus frágeis barcos, se aventurassem às praias da Britânia. Baixos e de pele escura seriam esses corajosos aventureiros, de aspecto cruel, com cabeças grandes, adorando os poderes da Natureza com ritos misteriosos e cruéis, incluindo o sacrifício humano, venerando tótems e ancestrais e valorizando mais a ascendência materna do que a paterna. Quando os Celtas, mais fortes e civilizados chegaram às Ilhas Britânicas, encontraram esse povo pequeno, o qual escravizaram (os homens), ou se mesclaram (com as mulheres) e, por seu lado, caíram na prática religiosa dos seus derrotados, o que incluía o druidismo. Os celtas também vão desenvolver um tipo de classe social, um misto de poetas e de religiosos, conhecidos como “filidh”. No início, eram considerados uma espécie de mágicos, com poderes sobre as manifestações da natureza. Com o tempo, seus poderes passaram para os druidas e para os “brehons”(uma espécie de homens da lei), concentrando suas atividades na poesia e na filosofia.

Provavelmente originários do norte dos Alpes, os Celtas se espalharam por grande parte da Europa, chegando até à Escandinávia, principalmente dos anos 500 a.C. ao ano 1 d.C, quando deixaram a sua terra natal na Europa Central. Nessas ondas migratórias e invasoras, provavelmente dois dos seus grupos atingiram as Ilhas Britânicas, os Bretões e os Goidels.

Os Bretões atravessaram o Canal da Mancha e se estabeleceram na atual Inglaterra e Gales, mas os Goidels, provavelmente no século IV a.C.,

passaram diretamente da França para a Irlanda, onde chegaram a ser, rapidamente, a classe dominante.

É desses grupos de Celtas que vai se ocupar a nossa narrativa. É deles que os ingleses e irlandeses herdaram, bem como em algumas partes da Espanha (habitada pelos chamados Celtas Ibéricos ou Celtiberos) as histórias de duendes, elfos, gnomos e lendas do tipo, que também existem na Espanha.

Quando chegaram às Ilhas Britânicas e dominaram os habitantes de então, os pequeninos ibéricos, os celtas impressionaram, não só pelas suas armas (dominavam o manuseio do ferro, perfeitamente), mas, também, pela aparência, diferente daqueles homens diminutos, pois eram altos, muitos com olhos azuis, cabelo avermelhado e tatuagens (chegaram a ser confundidos, erradamente, com outro grupo invasor posterior, os pictos – de “picts”, os “homens pintados”). Suas armas, seus carros de guerra, seu modo de vida, de tratar as mulheres, eram muito similares aos dos gregos, à época do poeta Homero, o que levantou a teoria de que os Celtas, Gaélicos e Gauleses teriam sofrido invasão, em tempos anteriores, dos povos gregos. Por tudo isso, os ingleses e demais povos daquela região, devem aos celtas uma civilização e uma cultura imperecíveis. A marca foi muito forte. Aos celtas, os ingleses devem a paixão pelo passado, um patriotismo ardente, o desejo de uma beleza espiritual (também comum aos escoceses, galeses e irlandeses), que atenua o materialismo anglo-saxônico que viria depois, também como herança. São da tradição celta muitas histórias, épicos e romances, especialmente a saga do Rei Artur e do Santo Graal.

Em tempos posteriores às primeiras levadas invasoras, quando os celtas foram para a atual Irlanda, eles chegaram a desenvolver uma espécie de escrita, chamada “ogham”, mas toda a sua obra literária se desenvolveu, inicialmente, como em outras regiões do mundo, pela tradição oral. Dessa escrita primitiva, sobreviveram apenas algumas inscrições em pedra, mas não há evidências de que seus textos tenham sido copiados, posteriormente. Em todo o caso, eles demonstram o grau de cultura que os celtas chegaram a ter. Há todo um acervo de lendas celtas, hoje resgatadas, que explicam a sua filosofia de vida, a sua compreensão de mundo, os seus temores e as suas conquistas. Conhê-las é um estudo interessante, pois, antropologicamente, permitem-nos compreender melhor esse povo, para tantos considerado tão misterioso. A língua celta sobrevive até hoje, com suas variantes faladas nas Ilhas Britânicas, mas é muito difícil de ser pronunciada, com seus sons guturais.

Dentre os celtas, os britânicos, no entanto, viram findar os seus dias de supremacia quando houve a ocupação romana, que levou, mais ou menos, 100 anos para se completar na atual Inglaterra (provavelmente dos anos

60 a.C. aos anos 60 d.C. – de Júlio César ao Imperador Cláudio). A culminância desta conquista foi tão importante para Cláudio, que ele deu a seu filho o título de “Britanicus” ( Britânico).

## **Capítulo 2 – O surgimento do Cristianismo na Britânia – a Igreja Celta-Britânica**

Com esse nome, Britânia, os romanos denominaram a província recém-anexada ao Império Romano. Foi durante o apogeu de Roma, com o surgimento da dinastia dos Césares como Imperadores (Augusto foi o primeiro), que se iniciou a Era Cristã. E foi durante a dominação romana que a Britânia recebeu o Cristianismo.

Não há certeza exata de quando, como e por quem esse fato aconteceu. A maioria dos historiadores não identifica nomes, datas e locais para o início da cristianização britânica. Alguns atrevem-se a mencionar episódios lendários, como o de José de Arimatéia, mas sem esquecer o qualificativo “lendário “.

Curiosamente o Venerável Bede relata em sua obra, intitulada “A History of the English Church and People “, o que segue. ”No ano 156 da Encarnação de N. S. Jesus Cristo, Marco Antônio Verus, 14º desde Augusto, tornou-se imperador juntamente com seu irmão Aurélio Cômodo. Durante esse reinado e enquanto Santo Eleutério governava a Igreja Romana, Lúcio, um rei britânico, mandou-lhe uma carta, pedindo para tornar-se cristão sob sua liderança. Esse pedido foi prontamente atendido e os Britânicos receberam a fé e a guardaram pacificamente em toda a sua pureza e integralidade, até o tempo do Imperador Diocleciano”.(1)

Bede continua a narrar a sua história, enfocando, com relação aos cristãos britânicos, as perseguições, passando a contar a história do primeiro mártir inglês, Santo Albano.

Porque os demais historiadores não afirmam o que Bede menciona com tanta facilidade? Eis aí um mistério. Embora Bede seja mencionado, freqüentemente, como fonte bibliográfica de respeito, com relação aos primeiros tempos do Cristianismo na atual Inglaterra, muitas vezes, ao lê-lo, tem-se a impressão de que o seu relato é marcado pelo misticismo, pela crença no miraculoso, no extraordinário, características bem próprias, aliás, da cultura celta.

A Enciclopédia Britânica, de conceituação ilibada, seguindo a tendência da maioria dos historiadores, afirma, enfaticamente, no seu vol. 8, sobre o assunto que: “O Cristianismo alcançou a Britânia durante o século III, talvez mais cedo, provavelmente vindo da Gália”.

Nora Chadwick, pesquisadora eminente sobre a Igreja e a cultura celta, relata que não há evidências definidas sobre a conversão da Britânia ao Cristianismo, ou iniciativas missionárias, durante a ocupação romana, mas o romano Tertuliano, escrevendo de Cartago, no norte da África, cerca de 200 d.C., parece ter um certo conhecimento sobre a vida na Britânia, pois, enumerando uma lista de povos que acreditavam em Cristo, àquela época, acrescenta: “Também há lugares na Britânia, os quais, embora inacessíveis aos romanos, voltaram-se para Cristo”.

Outros autores também mencionam como fonte desses primeiros tempos, a Orígenes de Alexandria que, em sua obra “Contra os Judeus “ (cerca do ano 240), afirma que muitos britânicos ainda não tinham ouvido falar sobre o Evangelho, o que, por decorrência, pressupõe que alguns já o conheciam. Ainda Orígenes, em outra obra, afirma a unidade da fé cristã entre esses britânicos.

Uma antiga tradição, narrada em detalhes por Bede, conta sobre o martírio e morte de um jovem, Albano, e mais dois cristãos. Albano é considerado o primeiro mártir da Inglaterra e é muito venerado por seu povo. Bede serve de fonte para todos os historiadores sobre Albano, narrando acontecimentos miraculosos sobre sua morte. “ Ele informa que Albano teria morrido durante a perseguição do imperador Diocleciano (304-305). A história diz que Albano, então um jovem pagão, morava em Verulamum e que, certa vez, deu abrigo a um sacerdote cristão, que fugia dos soldados romanos. Seus pais não estavam em casa e lá o sacerdote ficou por um tempo. Durante esse período, o jovem e o fugitivo conversaram e Albano se converteu. Mais tarde, o sacerdote foi denunciado e os soldados foram à casa de Albano prendê-lo. Albano, então, para salvá-lo, trocou de roupas com ele, e com suas vestes, foi aprisionado. Ele foi levado, julgado e condenado a ser decapitado, porque não quis renunciar ao Cristianismo. Em seu caminho para a execução, não pode atravessar um rio, pois a ponte estava cheia de pessoas, chamadas pelo governador romano para assistir à execução. Albano, então orou, e o rio secou. Na colina onde seria executado, Albano orou novamente e uma fonte jorrou a seus pés. O seu executor estava tão nervoso que a espada caiu ao chão e ele recusou-se a matar a Albano, jogando-se a seus pés. Outro soldado foi, então chamado e ele executou os dois. Seu local de martírio foi transformado em uma igreja, ampliada para uma abadia, a de Santo Albano. Seu dia comemorativo é 20 de junho.” (2)

Essa primeira etapa do Cristianismo na Britânia é destacada, também, por ocasião do século IV, quando o imperador Constantino, em 314, convoca bispos para um concílio em Arles, na Gália (atual França) e 3 bispos, de Londres, York e, provavelmente Lincoln, atendem ao chamado. No concílio de Nicéia, em 325, não houve a presença física de bispos

ingleses, mas sim, a sua posterior adesão à fé nicena, conforme atesta Atanásio. Em 359, em Rimini, lá estavam novamente presentes, bispos britânicos, que se destacaram por sua pobreza.

A presença desses bispos em concílios da Igreja Cristã mostra que, por volta do século IV, já havia uma certa organização na Igreja Celta Britânica.

Isto pode ter sido fruto da liberdade dada aos cristãos, enquanto expressão de uma religião, pelo Imperador Constantino, em 313, com o chamado “Edito de Milão”. E essa liberdade de expressão de fé chegou até as Ilhas Britânicas, o que poderia, muito bem, ter gerado um processo de expansão do avanço cristão naquela região.

Devido ao fato de que, para comparecer ao Concílio de Rimini, em 359, 3 dos bispos britânicos tenham aceitado ajuda financeira do Imperador, podemos pressupor que a Igreja na Britânia era muito pobre e não há dúvidas de que muitos dos seus membros eram encontrados entre os celtas-britânicos semi-romanizados, o que não impedia que a fé cristã também se fortalecesse entre uns poucos, de camada social superior, conforme atestam algumas ruínas de residências ao estilo romano (vilas), onde foram encontrados, pintados nas paredes, símbolos cristãos, como o CHI-RO (XP).

Falamos, anteriormente, em um cristão britânico martirizado, durante a perseguição de Diocleciano: Albano. Ele projetou, positivamente, o Cristianismo britânico. Outro inglês, agora no final do século IV, coloca a Igreja Celta-Britânica na mira da Igreja Ocidental, desta vez na forma de uma heresia. Este homem foi Pelágio. Ele, um monge preparado, chocou-se com as idéias rígidas e as duras doutrinas de Santo Agostinho, a respeito do pecado e da salvação. Para Pelágio, as idéias agostinianas diminuía a coragem moral e a dignidade humanas. Encontrava dificuldade em aceitar a idéia do Pecado Original e era tão grande a sua fé no homem que acreditava ser possível a este alcançar a perfeição, sem a intervenção da graça de Deus. Com isso, ele obteve o repúdio de Agostinho e a condenação da Igreja, como herege.

A doutrina pelagiana atraiu adeptos na Britânia, e, por conseqüência, os olhares da Igreja Continental, temendo uma quebra da unidade da Igreja. Como Pelágio não residia na Britânia, mas sim na Europa Continental, medidas foram tomadas contra ele por Próspero, bispo da Aquitânia (ducado francês) e pelo papa Celestino. Ainda, o papa enviou Germano, bispo de Auxerre (França), para combater os aliados de Pelágio e guiar os britânicos para a fé católica.

Autores que escrevem literatura secular e de lazer sobre o período celta e sobre a expansão do Cristianismo nas Ilhas Britânicas, particularmente na atual Inglaterra, têm evidenciado que o processo de cristianização foi bastante violento e duro contra a religião primitiva dos celtas. Ao ler esses textos, têm-se a impressão que os cristãos foram violentos e opressores, não deixando espaço para a vivência das antigas fés pagãs. Pode haver um fundo de verdade nessas interpretações, pois os primeiros missionários cristãos, em geral, eram bastante faltos de tato ou diplomacia em suas atividades missionárias. A intolerância era uma marca daqueles tempos, e o cristianismo não deixou de evidenciar essa característica cultural.

### **Capítulo 3 – A expansão do Cristianismo nas Ilhas Britânicas**

Esse problema pelagiano gerou um fato positivo como conseqüência. Devido à preocupação de Celestino com a ortodoxia da fé nas Ilhas Britânicas, ele enviou a Paládio, para ser o primeiro bispo na Irlanda. Provavelmente na mesma época (aproximadamente 432), S. Patrício também vai para a Irlanda, cristianizar aquela região. Ele é conhecido como o patrono da Irlanda, enquanto o trabalho de Paládio é pouco conhecido. Paládio é apresentado, às vezes, como o protótipo de um bispo vaidoso e ambicioso, contrastando com a simplicidade e naturalidade de Patrício.

Conta-se de Patrício que travou uma árdua luta contra o paganismo das tribos irlandesas e, ao realizar o seu trabalho, tentou introduzir o sistema diocesano, como o conheceu antes, na Gália, quando da sua formação. No entanto, o Cristianismo Celta Irlandês haveria de tornar-se uma força permanente, com enorme ação missionária, nas Ilhas Britânicas. O sistema diocesano, tentado por Patrício, foi substituído por outro, característico da Igreja Celta: a fundação de mosteiros, irradiadores da fé cristã naquelas paragens.

Curiosamente, a Irlanda, antigamente conhecida como Hibernia, pelos escritores gregos e romanos, nunca chegou a ser parte do Império de Roma. O general Agrícola, por volta do ano 80 d.C., planejou a sua conquista, a qual considerava tarefa fácil, mas foi dissuadido dessa iniciativa pelo governo romano.

Antes da Irlanda, outra região das Ilhas Britânicas, a Escócia, já havia sido atingida pelo Cristianismo, ainda no século IV. Segundo Moorman, em seu livro “A History of the Church in England”, “o mais gentil apóstolo de Cristo” realizava o seu trabalho nos vales do Cumberland e na Escócia meridional. Seu nome era Ninian, o qual, depois de estudar para monge na Gália, veio para a Britânia, aparentemente como missionário solitário, cerca do ano 397. Em Whithorn, Galloway, fundou um mosteiro, que



passou a ser conhecido como “White House” ou “Cândida Casa”, que tornou-se a base através da qual Nínian e seus monges desenvolveram as jornadas evangelísticas” (pgs.6 e 7).

Antes do final do século V, a Irlanda desempenhava um importante papel na história do Cristianismo nas Ilhas Britânicas, com algumas características bem especiais. Por exemplo, os mosteiros irlandeses eram basicamente diferentes, em sua estrutura administrativa, dos demais da Europa Continental., principalmente por causa das relações entre o abade e o bispo. No sistema europeu e romano, o bispo tinha a supervisão de toda a sua diocese, inclusive os mosteiros nela existentes. Na Irlanda, o abade governava soberanamente o seu mosteiro, conforme o modelo céltico e até possuía, entre os membros do corpo dos monges, alguns bispos, que estavam, administrativamente, sob as suas ordens. O mosteiro funcionava como um sistema tribal, do qual o chefe era o abade, devido ao fato de que a região era, ainda, muito rural. A organização, as finanças e as terras da Igreja eram governadas, não pelos bispos, mas pelos abades. O bispo, ao contrário, geralmente não tinha jurisdição territorial (diocese). Ele era elevado ao episcopado em função de uma santidade pessoal de vida e detinha os poderes de conferir ordens, confirmar e consagrar templos e cemitérios.

Devido ao trabalho missionário, os mosteiros se desenvolveram e se tornaram o elemento mais importante na vida da primitiva Igreja Irlandesa. Eles também foram importantes centros de conhecimento e de conservação da cultura clássica (greco-romana) e religiosa. Suas regras monásticas e suas práticas religiosas reproduziam o rigoroso ascetismo oriental, principalmente do Egito e da Síria. Também a liturgia e o estudo, bem como a prática de uma penitência rigorosa estavam mais para os padrões orientais do que para os da Igreja Ocidental. No entanto, o seu sistema penitencial tornou-se um referencial respeitado.

É marcante na vida religiosa celta-cristã a valorização da natureza, tanto na liturgia, como na vivência diária da penitência, do trabalho e do culto, como resultado da sua experiência cultural. Os templos, seja no mosteiro ou, até, em regiões isoladas, geralmente eram pequenos, não porque, necessariamente as congregações também o fossem, mas, porque a adoração também era feita, muitas vezes, ao ar livre. Há relatos de vários santos ou líderes religiosos celtas que oravam, recitavam salmos e faziam penitência, sem maior abrigo, nas águas geladas das praias irlandesas ou escocesas, com toda a simplicidade e naturalidade. Muito dos textos celtas falam das obras de Deus, na natureza: dos pássaros, do mar, da vegetação. Muitos locais de adoração eram ao ar livre, sem nenhuma construção, a não ser a presença das famosas cruzes de pedra, emolduradas, em suas hastes, pela figura do círculo, que simbolizava a amplitude da obra da criação de Deus. A cruz e o círculo são testemunhas

vivas, até hoje, dessa ardente espiritualidade, porque muitas delas sobreviveram à ação do tempo e, ainda em nossos dias, algumas são santuários de oração e peregrinação. Esta última era uma prática de expressão religiosa comum, na Igreja Celta primitiva. No entanto, diferentemente das peregrinações a lugares santos, como na Igreja do Oriente e na Igrejas Ocidental, geralmente eram feitas, em procissões a lugares especiais, onde a natureza se mostrava pródiga em beleza ou em significado: assim, peregrinações podiam ser feitas em locais com colinas ou montanhas, ou com árvores que mostravam a grandiosidade da criação de Deus, como o carvalho, por exemplo. Também o mar chamava muito a atenção do povo celta. Enfim, a sua prática religiosa não ficava confinada dentro das paredes dos muitos mosteiros (como era comum na Igreja romanizada), mas, a partir deles, a experiência era a de ir para fora, para o mundo, para pregar o Evangelho.

Isto não quer dizer, no entanto, que não houvesse, na vida monástica, o tempo previsto para o trabalho e o estudo. Pelo contrário, muitos mosteiros ficaram famosos por serem centros de saber, de evangelização e de produção literária. Havia uma extensa troca de correspondência entre muitos mosteiros celtas com os do Continente, principalmente da Gália, e com o Oriente.

A influência do Oriente foi marcante para a Igreja Celta, provavelmente, decorrente do intercâmbio acima mencionado, tendo como vias de acesso intermediário a Gália (França) e Espanha, chegando o retorno até as Ilhas Britânicas.

Apesar disso, havia, por outro lado, marcantes diferenças entre a Igreja Celta e a Igreja Gaulesa, por exemplo. Na Gália, a Igreja era, essencialmente, urbana, por causa desse tipo de processo implantado nas províncias romanas mais centrais. Por isso, o bispo tinha a sua sede nas cidades, as quais eram centros administrativos das províncias romanas. Na Irlanda, ao contrário, talvez pelo fato de nunca ter sido romanizada, a realidade era outra. Não havia quase cidades. A economia era, essencialmente, agrícola e pastoril. Na Irlanda e na Escócia ocidental, o movimento monástico tinha somente de ajustar-se a si mesmo, no sistema hereditário dos proprietários reais de terra, os reis locais. Na Igreja Celta, o sistema monástico era, essencialmente, adaptado a uma população rural, servindo de ponto de convívio para essa população isolada. Não havia sistema paroquial.

Devido a esta ênfase monástica, surgem as características básicas da Igreja Celta: pobre em recursos (os mosteiros eram construções simples, rudes e nada confortáveis, geralmente feitos de madeira, ascética na sua forma de compreender a vida cristã, isolada, já que a sociedade celta era eminentemente rural e contemplativa (essencialmente mística em sua

concepção da vida cristã), tendo a sua força no estudo das Escrituras, por influência da Igreja Oriental, de quem ela conhecia textos teológicos, litúrgicos e da vida diária e, ainda, como já foi dito antes, na sua valorização da natureza. O círculo e a cruz acompanhavam a vida da Igreja Celta. É possível de se cogitar que, se em vez do cristianismo romano, devido à força política de Roma, tivesse predominado a expressão cristã oriental e celta, o Jesus celta poderia ter dado um outro formato e concepção ao Cristianismo, do que o Jesus latino, devido às interferências culturais ocidentais, particularmente gregas, que influenciaram a nossa forma de sermos cristãos. Mas isto nós nunca saberemos. O que podemos pressupor, no entanto, é que alguns problemas de hoje talvez não existissem, como, por exemplo, a valorização das mulheres e a sua liderança na Igreja, o que os celtas cristãos apreciavam. E isso é um fato, ainda, de cisão na Igreja do ocidente, como vimos na repercussão que teve, na própria Comunhão Anglicana, a eleição de uma bispa para ser a primaz da Igreja dos Estados Unidos, sem falar nas dificuldades ecumênicas com a Igreja Católica Romana, por causa da ordenação feminina.

Por volta do século V, a catástrofe que já assolava outras regiões do Império Romano se abateu sobre a atual Inglaterra: as tropas romanas foram retiradas das Ilhas e os invasores germânicos, principalmente anglos e saxões, invadem a Britânia.

#### **Capítulo 4 – O domínio anglo-saxônico**

Desde o século III d.C., os povos germânicos, chamados de “bárbaros” pela civilização greco-romana, rondavam, ameaçavam e faziam pequenas incursões nas fronteiras do Reno e do Danúbio, parte leste do Império Romano. A Germânia ficava a oeste dessas fronteiras, fora do contorno do Império Ocidental de Roma. No entanto, com o tempo, essas incursões, antes chamadas de pacíficas, e enfrentadas com várias estratégias pelos governantes romanos, tornaram-se, pouco a pouco, cada vez mais violentas e de caráter imperialista, ou seja, de conquista.

Os governantes romanos, então, com o intuito de proteger a capital ocidental do Império, Roma, começaram a desmontar as suas estruturas de defesa nas províncias mais distantes (a Britânia era a mais distante delas), chamando as tropas do exército para áreas consideradas mais importantes.

Os celtas romanizados da Britânia, anteriormente guerreiros vitoriosos, como já vimos, haviam se acostumado com a vida mais tranqüila que a “Pax Romana” trazia para as províncias e se desmobilizaram militarmente. Mais de 3 séculos de dominação romana fizeram deles um povo

despreparado para a guerra, embora a sua índole guerreira ainda fosse muito forte. Mas a prática do exercício bélico diário estava enfraquecida.

Desta maneira, no século V, tornaram-se presa fácil dos guerreiros violentos, vindos de uma Germânia rude e primitiva, em que a guerra era a atividade principal. Assim, em hordas sucessivas, povos como os anglos, os saxões, os jutas, os pictos, os escotos, arrasaram a parte sul, leste e nordeste das Ilhas Britânicas. Gales, parte da Escócia e a Irlanda, devido a obstáculos da natureza, que dificultaram o avanço do inimigo, praticamente não foram atingidas, mas a atual Inglaterra, em grande parte cercada pelo mar, foi praticamente destruída: cidades, aldeias, igrejas, mosteiros, fortificações e, principalmente, a população. E com isso, sofreu a Igreja, que viu perdida a sua liderança, o seu rebanho, as suas instituições. Assim, pois, ela, praticamente, desapareceu.

“Conhecem-se poucos fatos históricos relacionados com a conquista anglo-saxã na Bretanha. Mas a escassa literatura disponível – referências contemporâneas esparsas, tradições recentes e descrições semilendárias – permite uma reconstituição razoável. Parece que as primeiras incursões dos saxões foram seguidas por diversas invasões em torno do ano 450 e que as guerras continuaram intermitentemente por mais de um século. Os celtas bretões lutaram com o afínco que puderam, mas foram obrigados a ceder. Alguns fugiram para a Gália e estabeleceram-se na costa do canal da Mancha, dando seu nome à península francesa.”(3)

“O tronco principal dos bretões resistiu valentemente, refugiando-se no sudoeste da atual Inglaterra, onde, finalmente, pode descansar, graças à vitória obtida por seu bravo líder guerreiro, um certo Artur, cuja fama foi romanceada seis séculos mais tarde, nos contos anacrônicos do Rei Artur e seus Cavaleiros da Távola Redonda. Porém os celtas bretões sofreram uma severa derrota na batalha de Deorham, em 577, e foram forçados a recuar para Gales e a Cornuália. O avanço de diversos grupos germânicos para o oeste havia terminado, e uma ordem precária emergiu do caos.”(4)

Como decorrência desse processo, caiu o poder político celta-romano e, em seu lugar, são criados, com o tempo, 7 reinos na atual Inglaterra, independentes entre si, de inspiração principalmente angliã (os do norte e centro) e saxônica (os mais ao sul, com exceção de um). Surgem, pois, os reinos de Kent (de inspiração juta), Sussex, Wessex e Essex (do centro para o sudeste e sudoeste, de inspiração saxônica) e os da Nortúmbria, Mércia e East Anglia (Anglia do Leste), respectivamente no norte, centro e leste. Apesar da falta de unidade política, sempre havia um que se destacava mais do que os outros, em períodos diferentes, exercendo uma discreta liderança. Assim, no início do processo de implantação da dominação anglo-saxônica, Kent é que se destaca (séculos V e VI). Mais adiante, encontramos a Nortúmbria exercendo uma liderança (século VII)

e, finalmente, no século IX, especialmente, Wessex, quando se processa a unificação política, após um outro período de invasões, desta vez dinamarquesas, danesas, escandinavas ou “vikings”(todos os qualificativos se reportam ao mesmo povo, do extremo norte da Europa, acima da Alemanha, a atual Escandinávia).

Mais do que em qualquer outro lugar, foi na futura Inglaterra que os invasores germânicos impuseram à população nativa sua língua, suas leis e seus métodos agrícolas. Somente na atual Inglaterra desapareceram quase que completamente a língua latina e a Igreja organizada. Isso tudo, somando-se às muitas atrocidades cometidas, fez com que os anglo-saxões não fossem nada queridos naquela região. Certo bretão enfurecido escreveu sobre eles de maneira amarga, que eram “uma raça odiosa para Deus e para os homens”.(5)

Os primeiros 150 anos do domínio anglo-saxônico na atual Inglaterra, (que, literalmente, significa “terra dos anglos” e só vai se tornar um único país, aproximadamente, em tempos do reinado do rei Alfredo de Wessex), foram de regresso ao mais absoluto paganismo.

A Igreja Celta-Britânica desaparece totalmente, na região leste das Ilhas Britânicas. Alguns poucos cristãos, sobreviventes, fogem para oeste, para as regiões da Cornúlia (sudoeste) e para Gales, e lá se estabelecem, continuando a Igreja Celta Britânica naquelas paragens. No entanto, por medo e ódio aos invasores, esses cristãos se recusaram a fazer trabalho missionário com aqueles e se confinaram num isolamento voluntário. Nosso conhecimento sobre esta realidade nos vem de São Gildas, também historiador, que escreveu, no século VI, sobre a Igreja Celta-Britânica do este. Ele é um crítico severo do clero britânico, a quem descreveu como “clérigos indignos, chafurdando como suínos, em suas velhas e infelizes poças de maldade intolerável”. Mas embora Gildas tivesse pouco de bom a falar a respeito da sobrevivência desta Igreja Britânica, a qual, evidentemente, tinha se deteriorado com o seu isolamento, a sua realidade não era, exatamente um caos. Havia bispos reunindo-se com o seu clero, em sínodos, para os quais eram convocados. Havia, também, mosteiros, onde um certo tipo de regra era mantido.

Assim, enquanto na atual Inglaterra, os deuses pagãos e germânicos Odin e Thor tinham usurpado o lugar de Cristo, a Igreja Cristã mantinha acesa a chama da fé, em Gales e na Cornúlia. Mas, segundo Moorman, ela pagou o custo do isolamento. Ela tendia a tornar-se cada vez mais uma ilha fechada em si mesma, auto-suficiente e, como Bede complementa, não se esforçou para converter os anglo-saxões, o que lhe foi fatal.

Enquanto isso, a Igreja Celta-Irlandesa subsistia com todo o seu vigor, na Escócia e na Irlanda, os mosteiros continuando a ser o centro da organização e da atividade.

## **Capítulo 5 – A continuidade da Igreja Celta**

No século VI, a Irlanda continuava a viver um florescente cristianismo celta. No entanto, o isolamento das Ilhas Britânicas do resto do Continente Europeu e a dominação anglo-saxônica, no leste das mesmas, contribuiu, e muito, para que a Igreja Celta Irlandesa e Escocesa desenvolvesse alguns procedimentos diferentes dos da Igreja Cristã Ocidental, liderada por Roma. Apesar disso, podemos afirmar, com firmeza, que a Igreja Celta nunca foi, em essência doutrinal, diferente da Igreja de Roma.

Nora Chadwick nos afirma, em seu livro; “The Age of the Saints in the Early Celtic Church” o que segue: “A assim chamada “Igreja Celta “ era, ainda, fundamentalmente, una com a Igreja Continental (Roma), que olhara, em seus primeiros tempos, para o seu prestígio eclesiástico e, mais tarde, para a autoridade de Roma como sua liderança maior. Ela (a Igreja Celta) , mantinha a mesma fé, foi fundada na mesma tradição cristã, e tinha a mesma esperança na Ressurreição. Era completamente ortodoxa. Devido a sua localização distante, sofreu a falta de contato regular com o pensamento e instituições continentais, durante as invasões germânicas. Consequentemente, manteve algumas práticas, em questões litúrgicas e de ritual, que eram pertinentes à Igreja Primitiva Continental, mas que tinham sido substituídas, com o passar do tempo. Mesmo nos tempos primitivos, a Igreja Continental não tinha sido uniforme em suas práticas. A uniformidade foi alcançada muito gradualmente.

O historiador Robert H. Nichols, em sua obra “História da Igreja Cristã”, pg.45, diz o seguinte da ação missionária dos celtas: “Nenhuma narrativa da história cristã primitiva tem mais brilho do que a história do trabalho dos monges escoceses e irlandeses. Seu ensino tinha uma simplicidade apostólica, raramente encontrada em outra parte, e suas vidas eram de uma pureza e consagração extraordinárias”. Nora Chadwick acrescenta um outro ingrediente, assim como John Smith, em sua dissertação de mestrado, sobre a espiritualidade celta – o da valorização da mulher. Muitos dos mosteiros também o eram para as mulheres, tornado-as aptas para a vivência do Evangelho, dentro das características celtas da simplicidade, da valorização da natureza, da espiritualidade e do preparo. Isso foi tão significativo, que chegaram a haver abadias ou mosteiros mistos, muitos deles tendo mulheres como abadessas, com todos os compromissos que isso acarretava. Quando falarmos no Sínodo de Whitby, vamos ver que ele se realizou em um mosteiro dirigido por uma mulher, Hilda. Não vamos encontrar, com tanta expressividade, essa valorização da

mulher, em outras partes da Igreja Cristã, ao menos àquele tempo. Outra distinção do trabalho missionário celta, já no alvorecer da Idade Média, é a sua estratégia de conversão, dirigida a todos, e não somente direcionada aos reis, para depois atingir aos outros, por decorrência, como vai fazer a Igreja Continental, o que gerou uma evangelização superficial, de conseqüências negativas, pois a maioria do povo europeu ocidental não estava preparado para a conversão.

As condições internas locais, nos países celtas, também continuaram a produzir muitas modificações consideráveis no governo, na administração da Igreja e nas suas formas de estabelecimento locais, e a predominância dos fundamentos monásticos na vida da Igreja dos países celtas desenvolveu diferenças, tanto na organização como no ritual, diferentes dos da Igreja Continental. Essa divergência tornou-se uma questão de crescente desentendimento e dificuldade, com o tempo, e, especialmente no século VIII, resultou em acusações que beiravam o separatismo e até a heresia, embora essas acusações não tivessem muito fundamento e eram, certamente, injustas” (“Nora Chadwicxk, op.cit. pg. 65). A maioria delas era de caráter administrativo e visava a submissão total da Igreja Celta à Igreja de Roma.

É interessante observar a falta de uma autoridade central na Igreja Celta. Talvez isso tenha contribuído, inclusive, para a sua absorção por Roma.

Por que isso acontecia? Porque, como já falamos, a posição dos bispos era peculiar e diferia daquelas dos bispados continentais, com suas sedes, suas populações centralizadas e urbanas. A economia celta, com uma população pastoril espalhada e sem a presença quase de cidades, não oferecia uma base natural para o surgimento de sedes territoriais (dioceses).

O relato de Bede sobre Santo Aidan (morto em 651) é, talvez, a nossa melhor “fotografia” de um bispo (também um monge irlandês). Seu local principal parece ter sido um mosteiro, em Lindisfarne, numa ilha do litoral da Nortúmbria, também chamada “Ilha Santa”, onde ele vivia com sua comunidade. Aidan viajava, indo junto com o rei, Oswald, de um lado para o outro da Nortúmbria, e de tempos em tempos, retirava-se para a pequena ilha de Farne, duas milhas adiante, para ficar só, contemplar a natureza e meditar. Ele também tinha uma igreja e aposento no palácio real, perto de Bamborough (a capital do reino) , de onde podia sair e, misturando-se com o povo, pregar para ele. Aidan é considerado o evangelizador do reino da Nortúmbria, e ele realizou esse trabalho contando com todo o apoio do rei..

De Lindisfarne, monges saíram para edificar novas igrejas ao sul da Escócia e norte da atual Inglaterra. A atividade missionária de São Cutberto, outro famoso santo celta, bispo de Lindisfarne (685-87), espalhou a fama do mosteiro na Europa Ocidental. O famoso “Evangelho de Lindisfarne”, escrito cerca do ano 700, e agora guardado no Museu Britânico, é dedicado a São Cutberto. Aliás, são típicas também da arte celta, as famosas iluminuras, ilustrações feitas nos inícios dos textos copiados nos mosteiros. A arte das iluminuras não se desenvolveu somente entre os Celtas, mas, de um modo geral, em toda a cristandade ocidental. No entanto, a Igreja Celta deu a sua grande contribuição nessa atividade, da qual o famoso “Livro dos Celtas” é um exemplar magnífico, bem como o já mencionado “Evangelho de Lindisfarne”.

Voltando à questão da centralização, ou não, da autoridade, não havia nenhum arcebispo na Igreja Celta de então, e o bispo tinha a sua autoridade limitada pelo poder administrativo do abade.

São Columba (521-97), outro famoso santo irlandês, era abade de Iona e, por cortesia, o cabeça da ampla organização interna da Igreja Celta, em seu tempo, mas ele nunca se tornou um bispo, e embora outras igrejas da federação dirigida por Columba seguissem a mesma prática da Igreja Irlandesa, a esse respeito, Columba permaneceu como presbítero até o fim dos seus dias. Quando um bispo procedente da Irlanda visitava Iona, Columba lhe cedia o lugar, na celebração da Santa Ceia. Mesmo em Iona, a função e a jurisdição de um abade não acarretava nenhuma das funções espirituais de um bispo, fossem elas ordenação de sacerdotes, confirmações ou consagração de cemitérios.

Em 563, Columba foi obrigado a deixar a Irlanda, motivado por envolvimento em questões políticas, ligadas a sua ascendência real. Esse exílio forçado foi exigido pela Igreja Irlandesa. Assim, acompanhado de 12 companheiros, num pequeno bote, chegou a Hy ou Ioua, hoje conhecida como Iona, uma pequena ilha, fora da costa ocidental da Escócia. Lá, os viajantes ergueram um mosteiro de acordo com o padrão celta, o já mencionado mosteiro de Iona, onde passaram a ter o mesmo modo de vida da Irlanda: duro, simples, austero. Parte do tempo era passado trabalhando a terra, pescando, ou então, estudando e copiando os manuscritos importantes e realizando a ronda das horas, em oração e pregação. E o seu trabalho não ficou confinado ao claustro. Iona logo se tornou um centro de irradiação de jornadas missionárias, tanto para o interior da Escócia, como para regiões ao norte da atual Inglaterra.

Durante cerca de 30 anos, Columba lá trabalhou, não somente na atividade monástica, administrando Iona e suas filiais, que surgiram com o tempo, mas também, no trabalho missionário.



Ele morreu em Iona, com a idade de 76 anos, exatamente 8 dias antes de Etelberto, rei de Kent, ter sido batizado por Agostinho de Cantuária. A segunda cristianização da futura Inglaterra tinha começado.

## **Capítulo 6 – A recristianização da Inglaterra**

Agostinho, um monge italiano, prior de um mosteiro em Roma, foi o homem escolhido pelo papa de então, Gregório, para desenvolver uma tarefa aparentemente perigosa – a da segunda cristianização da futura Inglaterra, ainda, no momento, dividida em seus 7 reinos pagãos.

Gregório Magno, como ficou conhecido na história, por suas qualidades espirituais, morais, visão de Igreja e compromisso com a mesma, estava a par da realidade da Europa Continental, tanto no aspecto político, como, especialmente, no religioso, e sabia das conseqüências das invasões germânicas para o fortalecimento do paganismo em terras antes cristãs.

Conta-se que era com estas preocupações em mente que Gregório estava, quando ainda não era papa, mas o anterior prior do mesmo convento do nosso monge Agostinho e certa vez, encontrou no fórum da cidade de Roma algumas crianças loiras, para serem vendidas como escravas. Diz-se que Gregório teria perguntado ao mercador de escravos sobre quem seriam aquelas crianças, tendo o homem respondido: “São anglos” e Gregório, retrucado, fazendo uma analogia com a aparência física das mesmas: “Não são anglos, mas anjos”.

Moorman nos conta que essa história, se verdadeira, teria acontecido, provavelmente, no ano 586 e que, nos anos seguintes, Gregório não a teria esquecido, mas, ao contrário, no momento em que assumiu o papado, pensado em providências sobre o assunto. Assim, a partir de 590, quando chegou ao pontificado, destinou parte dos rendimentos do papado para comprar meninos-escravos anglos que encontrasse, a fim de que estes fossem educados na fé cristã e, na medida das possibilidades, devolvidos a sua terra natal, para iniciar um processo de evangelização. No entanto, a necessidade era urgente. Chegavam apelos a Roma, de algumas partes da Inglaterra ainda não atingidas pelo trabalho missionário dos monges celtas, em busca de professores cristãos, e o processo imaginado por Gregório demandaria muito tempo.

Devido à distância geográfica da Igreja Celta escocesa e Irlandesa da sede romana, e da vida independente e autônoma da própria Igreja Celta, que ainda não se submetera ao papado, Gregório não tinha grande conhecimento sobre o seu trabalho. Assim, ele concebeu outro plano, desconhecendo uma outra estratégia que poderia ter sido mais fácil, através da ação dos monges celtas. Chama então Agostinho, o seu

substituto no convento romano, e determina, como papa, que ele vá à futura Inglaterra, mediante entrada pelo reino de Kent. Por que esse reino? Porque, geograficamente, ele era o mais próximo da Europa Continental, através da França, e, também, porque o seu rei, Etelberto, havia se casado com uma princesa de origem francesa, já cristã, que havia levado para o seu novo lar sacerdotes cristãos, como confessores e orientadores pessoais. Etelberto, no entanto, era pagão, e isso amedrontava demais a Agostinho.

Ele, pessoalmente, não tinha nenhum desejo pessoal de levar a cabo tal missão, pois não se sentia com vocação evangelizadora. No entanto, como um bom monge beneditino, ele era obediente. Pois Gregório, para toda a Igreja Ocidental, era o “Vigário de Cristo”, e, como tal, precisava ser obedecido. Por conseguinte, Agostinho aceitou o encargo “em obediência “ e pôs-se a caminho, liderando um grupo de 40 monges. Mas, atravessando a então Gália, terríveis histórias lhe foram contadas sobre a selvageria do povo que iria encontrar, inclusive sobre episódios de canibalismo e, com isso, tanto a sua coragem e a sua obediência lhe falharam e ele e o grupo voltaram à Roma. Gregório, no entanto, não era homem de desistir dos seus intentos, e Agostinho foi recomendado a criar ânimo e seguir em diante.

O historiador francês, André Mourois, ao escrever o seu livro sobre a História da Inglaterra conta que, entre os conselhos que o papa, homem sábio, deu ao vacilante Agostinho, estava o seguinte, sobre a necessidade que teria, no início, de fingir respeitar os costumes de Kent: “Não é aos pulos que se chega ao cume da montanha, mas pacientemente, passo a passo. Em primeiro lugar, não convém destruir os templos dos ídolos; basta destruir os ídolos, depois, benzer solenemente a água, aspergir os templos e colocar relíquias lá dentro. Se estes templos estão bem construídos, é bom e útil que passem do culto dos demônios para o culto do verdadeiro Deus; pois, enquanto existirem os velhos templos, o povo sentir-se-á atraído por eles; aí fará as suas adorações, e por uma questão de hábito, o verdadeiro Deus será adorado ...”. ( ) Esta tática conciliatória surtiu efeito. O pequeno grupo chegou a Kent no início de 597, e logo descobriu que os seus medos eram infundados. Berta, a princesa filha do rei de Paris, facilitou o trabalho. Moorman nos conta que o próprio Etelberto tinha receio de Agostinho e de seu Deus poderoso. Assim, não quis recebê-lo dentro de um recinto fechado, mas ao ar livre, por medo de uma eventual magia do visitante. Podemos imaginar Agostinho, com os seus monges, encontrando o rei, um com temor do outro, mas ambos escondendo seus medos. Agostinho deve ter se cercado de uma certa pompa, pois isso marcaria impressão num rei de costumes tão diferentes. Bede nos conta que ele veio em procissão com seus monges, trazendo à frente um crucifixo de prata, e “a gentileza do Senhor em suas almas”. Sabemos que a sua ação teve resultado proveitoso e ele fez tão rápidos

progressos que, em pouco tempo, tinha convertido o rei, batizando-o e a muitos de sua corte. Tudo isto aconteceu, sem receber uma oposição mais séria. Eitelberto também teve os seus méritos nesse processo, pois era um homem relativamente culto e suficientemente forte para liderar o seu povo, numa mudança tão drástica, como a adoção de uma nova religião.

As conversões se sucediam tão rapidamente, conta-nos Moorman, que “Agostinho e seus monges tiveram dificuldades para manter as pessoas tranqüilas”. No outono de 597, Agostinho voltou à Gália para ser sagrado bispo e, no dia de Natal deste ano, conta-se, ele teria batizado, aproximadamente, 10.000 convertidos, em Cantuária. Agostinho estabeleceu, nas cercanias dessa região, a sua catedral e fundou aí uma “família” episcopal – uma espécie de escola pública para meninos, e seminário teológico – e, mais tarde, fundou, por perto, um mosteiro beneditino.

Gregório regozijou-se em ouvir tão boas notícias de seus protegidos e cuidou da pequena missão com especial atenção. Assim, mandou livros, relíquias e paramentos para as igrejas que Agostinho construía e estava sempre alerta com relação aos problemas que os missionários enfrentavam. Em 598, Agostinho escreveu ao papa, encaminhando uma série de questões para as quais necessitava de orientação e Gregório respondeu-lhe pormenorizadamente. A primeira questão era a respeito do uso do dinheiro da Igreja; Gregório utilizou, então, o princípio, que foi mantido durante toda a Idade Média, pelo qual a renda da Igreja deveria ser dividida em 4 partes: uma para o bispo, outra para o sacerdote, uma para o socorro da pobreza e a outra para a manutenção da Igreja. Essa carta de Gregório nos evidencia aquela diferença fundamental entre as experiências celta e ocidental: um abade da Irlanda ou Escócia, mesmo se tornando bispo, saberia administrar sozinho essas questões, sem precisar da orientação do papa, porque isso era parte da sua vivência no mosteiro. Continuando a sua carta, Gregório aconselha Agostinho em questões litúrgicas, alertando-o para construir o seu próprio rito, escolhendo aquilo que ele, Agostinho, considerasse “o mais piedoso, religioso e correto”, nos costumes de outras igrejas e adaptando-os às necessidades dos novos convertidos. Muitos dos problemas sobre os quais Gregório aconselha eram de ordem matrimonial ou concernentes à cerimônia de purificação. A vida fechada de um mosteiro ocidental, certamente, não preparava um monge para a vida em contato com o povo, como nas Ilhas Britânicas. Logo em seguida, da qual encontramos uma reprodução no livro “Documentos da Igreja Cristã”, de Bettenson (Editora ASTE), Gregório escreve uma segunda carta a Agostinho, na qual enviava um projeto para a divisão do território leste das Ilhas Britânicas, em duas províncias (mesmo sabendo que atingiria outros reinos), cada uma com um arcebispo (de Cantuária e York) e bispos sufragâneos. Com esta segunda carta, também é enviado a Agostinho, por Gregório, o “pálio”, sinal da autoridade do papa, concedida

a um bispo, para que ele tivesse autoridade sobre todos os outros de uma determinada região.

Uma crítica que se faz a Gregório, com relação a sua orientação pastoral para a Inglaterra, foi quando ele concedeu a Agostinho a autoridade sobre os bispos britânicos que, porventura, viesse a encontrar, os quais, com as limitações já mencionadas em capítulo anterior, tinham mantido acesa a chama da fé, embora numa região restrita (oeste), enquanto o resto do país tinha voltado ao paganismo. Talvez parecesse natural ao papa ignorar os “direitos” desses poucos, indistintos e distantes prelados. Mas isto foi um erro, pois os bispos britânicos ressentiram-se do completo desrespeito sobre eles, acrescido ao fato de que Agostinho tinha pouco tato para lidar com quem tivesse dificuldade de se submeter a ele, o que foi fatal para este processo de aproximação. Por tudo isso, os bispos britânicos se recusaram a cooperar com a Missão Romana que tinha vindo, com prioridade, para evangelizar os odiados invasores e, depois, submeter toda a Igreja Cristã, lá existente, à Roma. A Igreja Britânica tinha sérios problemas, mas, também, era merecedora de consideração. Esta consideração foi ignorada e “a chance de uma Igreja unida na Britânia foi perdida, por um século”.

Gregório morreu em 604, e nele, Agostinho perdeu o seu melhor amigo e o seu mais poderoso apoio; nem ele sobreviveu por muito mais tempo. Mas a missão estava indo bem. No reino de Kent, muitos milhares haviam aceito a fé cristã e a Igreja, rapidamente, tornou-se estabelecida em fortes bases. Não somente uma nova diocese foi fundada em Rochester, em 604, mas foi feito um esforço para começar uma nova diocese para os saxões do leste, com o seu centro em Londres. Em Cantuária, novas igrejas estavam sendo construídas. A velha igreja de São Martim, que, provavelmente, remonta aos tempos da ocupação romana, e que tinha sido usada pela rainha Berta, antes da vinda de Agostinho, foi restaurada. Nesse processo de restauração e construção, foram usados trabalhadores gauleses e italianos, trazidos do Continente, pois os trabalhadores ingleses tinham pouca ou nenhuma prática em construção de qualquer coisa que não fosse de madeira.

Segundo Bede, Agostinho morreu por volta do ano 604 (o mesmo de Gregório). Seu ministério como missionário não foi, pois, muito longo, mas, durante esse tempo, muito foi feito. O apoio de Gregório tinha sido crucial para ele. Enquanto vivo, o papa tinha feito tudo para apoiar o seu amigo, em terras distantes. Para facilitar o seu trabalho, tinha lhe dado orientações pastorais, enviando-lhe colaboradores importantes, sendo alguns deles até bispos. Os nomes mais conhecidos são os do abade Melitus, o do bispo Paulinus, de Justo e Rufiano. Ainda, escreveu ao rei Etelberto, aconselhando-o a aceitar a orientação religiosa de Agostinho, enviou paramentos e relíquias para o bispo primaz da Inglaterra (Agostinho, que inicia, assim, a sucessão dos Arcebispos de Cantuária,

como primazes daquele país e, mais tarde, da Comunhão Anglicana, quando da expansão missionária da Igreja da Inglaterra), para destacar a importância da sua função e trabalho. Preocupou-se, também, com a instrução do clero que começava a ser formado, enviando livros nas várias áreas de interesse da Igreja.

Mas o fato importante, que qualifica a missão de Agostinho, a assim chamada “Missão Romana”, é que, como o nome já o diz, ela foi feita em nome do bispo de Roma, da autoridade romana que representava a unidade da Igreja Ocidental Continental. Por conseguinte, o início do alinhamento com Roma já começara, pelo menos nas áreas atingidas por Agostinho e seus colaboradores.

Em 624, Paulinus, o bispo colaborador de Agostinho, foi acompanhar a princesa de Kent, Etelburga, para casar-se com Edwin, rei da Nortúmbria, ao norte da atual Inglaterra. Em lá chegando (York), viu-se a si mesmo na mesma situação de Agostinho, anos antes, em Kent. Paulinus contava somente com o apoio da rainha cristã, e de seu marido, o rei, ainda pagão, mas, aparentemente, interessado na fé cristã. Começou, então, a pregar o Evangelho para o rei e sua corte e, como Agostinho, seus sucessos apareceram, rapidamente. Coifi, o sumo-sacerdote da velha religião, converteu-se e o “witan” (Conselho de Anciãos), docilmente seguiu o rei. Edwin foi batizado na véspera da Páscoa, em York, numa igreja de madeira.

Paulinus, “uma alta figura, ligeiramente inclinada, com cabelos ainda pretos, um fino nariz adunco e uma face pálida”, trabalhou, infatigavelmente, na Nortúmbria, como bispo de York. Ele viajou por vários condados da região, pregando o Evangelho nas aldeias e batizando o povo nas águas claras dos arroios e dos rios. Tão grande foi o seu sucesso que, em 634, ele foi feito arcebispo e o “pallium” lhe foi enviado de Roma. Mas, depois de ter recebido tal distinção, a situação no norte tinha se modificado muito: Edwin tinha sido assassinado e o seu sucessor não teve a mesma simpatia pelo cristianismo. Paulinus, então, teve de voltar ao sul e a Igreja Cristã, praticamente, desapareceu na Nortúmbria, por um tempo. Possivelmente, o trabalho, feito com tanta rapidez, era superficial. De qualquer modo, lá permaneceu uma alma cheia de fé, James, o Diácono, “a única figura heróica na missão romana”, que morava próximo de Catterick e que, mesmo em perigo de morte, silenciosamente, continuou atendendo os necessitados da fé.

A única tentativa que Santo Agostinho havia feito para estender a Igreja além das fronteiras de Kent, tinha sido o estabelecimento do bispado, em Londres, no território dos saxões do leste, em 604. No entanto, a experiência fracassou e foi somente em 630 que uma oportunidade para o

trabalho evangelístico, em tal reino, aflorou. No entanto, a conversão final da região só vai acontecer mais tarde.

Em Wessex, o Cristianismo chegou através de um romano, Birinus, que, em 634, para lá se dirigiu, a fim de pregar aos saxões do oeste. Por lá esteve, até, mais ou menos, 650, num trabalho que, apesar de dificuldades, teve êxito.

Edwin, o rei cristão da Nortúmbria, já mencionado acima, foi morto por Cadwallon, na batalha de Heathfield, em 633 e, exceto pelo trabalho heróico do nosso já conhecido James, o Diácono, a fé cristã naquela região faliu, durante um tempo. Por um ano – o “annus infaustus” ou o “ano desastroso” de Bede – houve o caos, e parecia que todo o trabalho de Paulinus tinha sido em vão. Mas, em 634, os cristãos remanescentes começaram a se fortalecer, de novo. Bem longe, na nossa conhecida Iona, estava aquele moço de quem já ouvimos falar, Oswald, que foi mandado para lá em criança, por ocasião da morte de seu pai, em 617, e que cresceu e foi educado entre os monges. Pouco tempo após a morte de Edwin, ele, sendo membro da família real da Nortúmbria, herdou os tronos conjugados de pequenos territórios, dentro da própria Nortúmbria, Deira e Bernícia e, imediatamente, organizou um exército para derrotar o grupo de Cadwallon, que era pagão. Antes de começar a batalha, Oswald levantou uma cruz de madeira e convidou seus soldados para orar, antes da luta. Travada a contenda, Oswald foi vencedor e Cadwallon derrotado.

Ele, imediatamente, pôs-se a reparar o dano que havia sido feito à causa cristã e solicitou de Iona um bispo para evangelizar o seu povo e restaurar os lugares destruídos. O primeiro que veio, fugiu, em desespero. Mas o segundo era o nosso conhecido Aidan, um dos mais santos e abençoados monges de Iona, eminentemente celta em sua concepção de evangelização e da vivência da fé, sobre quem já contamos o relato de Bede, que mesmo não sendo muito simpático à tradição celta, não pôde deixar de reconhecer a obra de quem restaurou o cristianismo no norte, só que não em nome de Roma, mas de Iona, de quem partiam todas as orientações.

Conta-se que, de seu trabalho conjunto com o rei ( que, muitas vezes lhe servia de intérprete), juntamente com os monges de Iona, estabelecidos em Lindisfarne, a Palavra do Senhor entrou nos ouvidos e no coração daquele povo. Abstêmio, trabalhador, fervoroso, Aidan estava constantemente em movimento. Diz-se que ele e seus companheiros, quando em jornada, recitavam os Salmos ou meditavam em voz alta sobre as Escrituras, a fim de não perderem tempo.

Esse processo de evangelização do norte da Inglaterra vai gerar um problema que vamos falar logo a seguir. Acontece que havia, como já vimos, algumas diferenças entre as tradições celta e romana, além daquela

de não aceitar o jugo do papado. Isso tudo vai levar a um clima de desentendimento e, até, de desorientação, entre pessoas que, eventualmente, estivessem em contato com as duas tradições. Quem tinha razão? Roma ou Iona? Há autores que, para desvalorizar o trabalho dos monges celtas, taxavam-nos de “furiosos” na pregação do Evangelho.

Enquanto isso, outras regiões da atual Inglaterra também estavam sendo atingidas por missionários. Assim, no centro, o reino de Mércia acabou sendo cristianizado, também por missionários de tradição de Lindisfarne e Iona, e não, Roma ou Cantuária.

Também na Anglia do Leste a obra foi desenvolvida por missionários celtas, entre eles, um grande bispo monge, Cedd, que de acordo com sua tradição, era um bispo itinerante, sem uma sede. No entanto, em suas viagens, não esqueceu, junto com seus companheiros, de fundar mosteiros, a marca da evangelização celta.

## **Capítulo 7 – Roma ou Iona?**

Por meados do século VII, a situação se tornara calamitosa, nas relações entre os cristãos da Inglaterra. De um lado, no norte e centro, a tradição celta, centrada em Lindisfarne e Iona, e de outro, a missão romana, forte no sul, e também querendo atuar com eficiência em outras áreas, em nome do Bispo de Roma. A questão não era, somente, de autoridade, pois haviam outras dificuldades.

Desde os tempos de Agostinho quando, eventualmente, se encontrava com bispos britânicos de Gales e da Cornuália, essas diferenças já apareciam. Apesar disto, a conselho de Gregório, Agostinho os tratou com prudência, não os considerando hereges, por causa dessas diferenças. Então, quais eram estas causas de entraves e dificuldades?

As práticas célticas de então, vistas pela Igreja de Roma da época como irregulares, nada mais eram do que costumes que já tinham sido praticados em outras partes do Cristianismo, mas tinham sido abandonados, num processo natural de evolução. Entre estes costumes considerados fora de moda, estava o ritual do batismo, do modo como os celtas o faziam. Não se sabe, ao certo, em que consistia esta variação, possivelmente recaindo na insistência celta de só batizar por imersão, o que foi um costume britânico até 1620, e que prevaleceu, também, até o século VI na Espanha, onde havia, provavelmente, um estabelecimento celta naquela região. Outras diferenças seriam algumas particularidades na liturgia e no ritual da missa, como, por exemplo, a recitação de várias coletas. Ainda, a existência de vários ritos para a ordenação, talvez de origem britânica, também era outra diferença destacada, já que o rito

latino não era usado pelos celtas. Talvez um dos maiores pontos de discordância debatidos nos usos celtas tenha sido o fato da sagração de um bispo por um outro, somente, e não por três, como tinha se tornado exigência para a Igreja, desde o Concílio de Nicéia (325). Não se sabe, com certeza, se essa era uma praxe normal na Igreja Celta ou, se posta em prática em situações de exceção, como parece ter sido o teor da pergunta feita por Agostinho a Gregório, quando de sua troca de correspondências. Numa região agreste e assolada pelas invasões, não seria extraordinário se tal fato acontecesse. A questão é se esta prática teria validade, ou não, e se seria contínua.

Havia, também, diferenças no uso de consagração de igrejas e mosteiros, embora estivesse estabelecido que isto era função exclusiva do bispo, e, nunca do abade. Se alguma vez este a realizava, era porque era um bispo, também. Havia discussões, também, sobre o modelo de tonsura usado pelos monges celtas, que ia de orelha a orelha, enquanto o modelo romano era somente o corte de cabelo de um pequeno círculo, no alto da cabeça.

Mas o grande problema prático, que vai desencadear a decisão por um ou outro lado, vai ser a comemoração da data da Páscoa. A data praticada por toda a Igreja Ocidental tinha sido definida por Vitório da Aquitânia, em 457, e era calculada de uma maneira diferente da praticada pela Igreja Celta, que usava um antigo costume da Igreja do Oriente, baseado em informações contidas no Evangelho de São João.

O desencadeador da busca da resposta: Iona ou Roma? foi Oswy, rei da Nortúmbria, na segunda metade do século VII. Quando Oswald morreu, seu irmão Oswy lhe sucedeu, no trono, tendo sido, enquanto criança, educado na tradição celta, como seu irmão. Ocorreu, no entanto, que Oswy se havia casado com uma princesa, filha do antigo rei Edwin, que tinha se tornado cristão, como vimos, por ação de Paulinus, da tradição romana. Aconteceu, pois, que essa princesa, por ocasião da morte de seu pai, tinha fugido, junto com a mãe, os irmãos e Paulinus, para Kent, e lá, como era de se esperar, tinha sido educada na tradição romana, pelo mesmo Paulinus. Assim, temos um impasse matrimonial: um rei cristão, Oswy, de tradição e costumes religiosos celtas, casado com uma princesa de tradição e costumes oriundos do cristianismo romano. Segundo Bede, enquanto o rei e a corte celebravam a Páscoa, a rainha, seu capelão e seguidores ainda estavam no jejum da Quaresma ou observando o Domingo de Ramos. O conflito entre essas duas lealdades culminou com o sínodo de Whitby, em 663, com o triunfo do partido romano.

Bede relata que o sínodo, ou concílio, como também é chamado, foi convocado pelo rei, que o presidiu, na abadia governada por Santa Hilda. As duas tradições em discussão eram representadas por Colman, bispo e



abade de Lindisfarne, como porta-voz da Igreja Celta, e o Bispo Wilfrido, pela tradição romana. Wilfrido tinha sido preceptor do filho de Oswy, Alchfrith, e contava com o seu apoio e influência junto ao pai. Além disso, apesar de ser de origem britânica, Wilfrido tinha se preparado para a função sacerdotal na tradição romana, no Continente. Estavam junto a Colman, mais dois importantes líderes celtas: Chadd e Cutberto. Mas o rei, ouvidos os argumentos de ambos os lados, preferiu ficar com São Pedro, em vez de São João. Há autores que dizem ter sido a resposta do rei, por Roma, uma decisão política. Ele teria percebido que já seria hora da Nortúmbria sair do seu isolamento geográfico, e alinhar-se com a Igreja Continental, como já estava a igreja saxônica do sul. Teria visto, também, todo o trabalho da Igreja Continental, liderado por muitos papas, em prol da restauração da civilização européia, depois do caos das invasões germânicas, que tinham assolado, não somente as Ilhas Britânicas, mas toda a Europa Ocidental. Fosse por que razão fosse, Oswy deu a resposta pela Nortúmbria, porque só tinha autoridade naquela região. Com o tempo, os demais reinos que ainda preservavam a tradição celta, na Inglaterra, também optaram por Roma.

Com a derrota, os celtas se retiraram, inicialmente para Lindisfarne, e mais tarde, para a Irlanda, na ilha de Mayo, onde a Igreja Celta continuou a existir independente, até que, também a Escócia e a Irlanda vão se submeter à tutela romana, nos séculos subseqüentes.

No entanto, a perda da independência da Igreja Britânica Celta, neste período chamada de Igreja Saxônica, não significou a perda total das marcas que o caráter celta nela tinha impresso: o fervor religioso, a vocação mística, o ascetismo, o ardor missionário, principalmente onde a Igreja Celta tinha sido mais forte: no norte da Inglaterra. Mas a síntese céltica e romana foi acontecendo, aos poucos, principalmente quando a Igreja Inglesa teve um arcebispo de Cantuária sábio, piedoso e justo, naquele momento de transição: Teodoro de Tarso, que em 669, chegou até as Ilhas Britânicas, já bastante idoso, mas portador de muitos dos dons de Gregório Magno e, também, do ardor de Nínian, Patrício, Columba e Aidan. O intervalo entre o sínodo de Oswy e a chegada de Teodoro foi marcado por muita intranqüilidade, já que não seria uma decisão administrativa, como a de Oswy, que poderia aparar todas as dificuldades. Era preciso um sábio, um conciliador, um homem de ação e com visão de mundo. Este homem foi Teodoro, a quem a Igreja da Inglaterra muito deve.

A unidade política inglesa, em torno de um só rei só virá mais tarde, com Alfredo de Wessex também com Cnut, mas a unidade religiosa já estava consolidada. No entanto, coisa curiosa: a independência, outra marca celta, estaria presente na Igreja Inglesa, que sempre teve dificuldade em se adaptar às ordens vindas de Roma. Seus reis, quando podiam, contestavam e, até, combatiam a interferência de Roma, nem sempre

favorável aos interesses ingleses, durante a Idade Média. Pelo contrário, a Inglaterra promulgou leis, como a que proibia apelações a Roma, a indicação ou a saída de prelados, sem a autorização real, a limitação das contribuições a Roma, evitando-se, assim, a sangria dos cofres ingleses, etc.

Com o tempo, a maioria das casas religiosas, que tinham sido tão amadas e respeitadas em toda a Inglaterra (muito por ainda preservarem os costumes celtas) passaram por um período de decadência, e o povo não mais as considerava como antes. Acrescido a isto, começou a se desenvolver um sentimento anti-clerical contra a maioria dos bispos, que deixaram de ser os pastores do povo, os Pais-em-Deus, para se tornarem cortesãos bajuladores e impiedosos, na corte de Londres (houve épocas em que muitos passavam a maior parte do tempo na capital, na corte real, reservando somente 3 ou 4 meses do ano para as práticas pastorais em suas dioceses – chegavam a pagar “bispos-vigários” para ficarem em seu lugar, enquanto gozavam as benesses financeiras que o povo da diocese lhes devia). E mesmo o clero comum não era, mais, tão bem visto. Muitos se embebedavam, ou murmuravam fórmulas em latim, durante as missas, sem, muitas vezes, saber do seu significado.

O advento do Humanismo e do Renascimento, ao final da Idade Média, muito fez para que os eruditos refletissem sobre os desvios da Igreja. Mesmo assim, ninguém pensava num rompimento com a autoridade papal, que também era objeto de críticas severas, dada a corrupção e a desmoralização porque passara, em muitas etapas da Idade Média. Os desejos de reforma eram compreendidos, de um modo geral, como uma reforma interna, dentro da própria instituição, e não de fora.

Então, no início da Idade Moderna, acontece o fato imprevisível: Lutero, um monge agostiniano alemão, fixa as suas 95 teses contra as indulgências que a Igreja cobrava, no momento, para os que desejassem a salvação da sua alma ou de seus queridos, e a Cristandade Ocidental se rompe, na sua unidade monolítica – começava a Reforma protestante, de reflexos marcantes na vida da Igreja da Inglaterra.

## **Capítulo 8 – Henrique VIII**

A Reforma Luterana, que não será tema nosso, vai deixar marcas importantes em toda a Cristandade Ocidental, mesmo dentro da Igreja de Roma. Assim como em outros países, a Inglaterra também não deixou de sentir essa influência, como veremos constantemente, neste texto, e dos seus desdobramentos, como, por exemplo, a Reforma Zuingliana, os Anabatistas, e a Reforma Calvinista.

A esse tempo, século XVI, a Inglaterra estava sendo governada, desde 1509, por um jovem brilhante, chamado Henrique. Neste ano, seu pai, Henrique VII, o unificador da Inglaterra, por ocasião da chamada Guerra das Duas Rosas, que havia sangrado o país por muitos anos(1455-85), havia falecido, deixando-lhe o trono, e uma dinastia recém inaugurada – a dos Tudors, iniciada por ele e sua esposa, Elisabete de York, de ascendência real.

O casal Henrique e Elisabete teve 4 filhos: Artur, o mais velho, que casou-se com a princesa espanhola Catarina de Aragão, Margarida, que se casou com o herdeiro do trono da Escócia, o futuro Jaime IV, o nosso jovem Henrique e a irmã mais moça, Maria, a qual vai casar-se duas vezes – com Luís XII da França e, ao enviuvar, com Carlos Brandon, Duque de Suffolk. (Era praxe, naquela época, as princesas reais fazerem casamentos de conveniência para a Coroa, inicialmente. Na oportunidade de um segundo casamento, poderiam escolher quem fosse do seu agrado, o que deve ter sido o caso de Maria Tudor).

A relação acima nos mostra que todos os casamentos dos príncipes e princesas reais sempre tinham em vista alianças políticas, para fortalecer o trono.

Ora, àquele tempo, a Inglaterra não era uma nação das mais importantes, no cenário europeu. Ao contrário, a Guerra das Duas Rosas tinha desagregado e empobrecido o país. Henrique VII, o vencedor da contenda, havia feito de tudo para retomar o progresso do reino: casou-se com a herdeira da família adversária (Elisabete representava a família de York, simbolizada por uma rosa branca, e ele era parente distante da Casa de Lancaster, representada por uma rosa vermelha – daí o nome da Guerra, pois a nobreza inglesa alinhou-se e, conseqüentemente os seus exércitos, com uma ou a outra família), pacificou o país, retomou o desenvolvimento econômico, fez contenção de gastos, etc. Henrique VII era um homem sério e fechado, que só pensava em política e no bem do reino inglês. Seus filhos, enquanto pequenos, viviam em castelos decadentes e com roupas puídas, porque o tesouro real estava vazio e precisava ser abastecido, novamente, para o bem-estar do país.

Todo esse contexto explica porque Henrique tentou fazer casamentos brilhantes para os filhos: à época, a Espanha era senão o mais importante, um dos mais importantes países europeus – Artur, o herdeiro, precisava casar-se com uma espanhola; a França também era outra rival perigosa para a Inglaterra, e também se igualava com a Espanha em prestígio, na Europa; assim, Maria foi para lá, casar-se com o rei francês; à Margarida coube o herdeiro escocês, para assegurar a paz nas fronteiras inglesas com a Escócia. E o que sobrava para Henrique?

O destino desse jovem foi marcado pela desgraça do irmão mais velho. Artur sempre fora enfermo e, talvez antes de consumir o seu casamento com Catarina, morreu, em 1502. Assim, a aliança com a Espanha estava em perigo. Inicialmente, o pai havia pensado para o seu segundo filho homem uma carreira eclesiástica – talvez ele pudesse ser, até, Arcebispo de Cantuária, e, assim, estaria selada, também, uma aliança com outro importante poder: o da Igreja. Com a morte de Artur, no entanto, surgiu a necessidade de casá-lo com a prometida do irmão, seis anos mais velha do que ele.

Assim, aos 17 anos, com a morte do pai, Henrique herda o trono, já casado, através de uma autorização especial do papa, com sua cunhada Catarina (na época, eram proibidos, em princípio, os casamentos entre cunhados, porque estes eram considerados, por causa do casamento anterior, irmãos entre si). A dispensa papal, dada para este casamento, estaria baseada no princípio de que, o primeiro de Catarina não teria sido consumado. Era muito comum, entre os casamentos reais, as noivas serem levadas, ainda meninas para as famílias do noivo, sendo os casamentos realizados com os interessados ainda crianças, esperando juntos, e convivendo entre si, para se terem afeto mútuo, até o momento em que poderiam completar o ato matrimonial. Catarina, pois, desde adolescente, fora levada para a Inglaterra, e nunca mais pôde retornar ao seu país. Seus pais eram os famosos “Reis Católicos” – Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

Diz-se que, quando Henrique VIII subiu ao trono, as luzes teriam se acendido na Inglaterra. Bem diferente do pai, ele gostava do luxo, da pompa, da alegria. Era, também, muito erudito para a sua idade e um bom músico. Sua formação inicial para ser padre, fizera dele um homem relativamente bem informado em questões teológicas, e fiel à Santa Madre Igreja Católica.

No entanto, os seus dons pessoais, a sua boa aparência física, quando jovem, a sua popularidade na corte, ao tornar-se herdeiro do trono, quando o pai ainda vivia, a sua amizade com e a complacência da esposa, fizeram dele um homem extremamente egoísta. Geralmente, Henrique conseguia o que queria, não por tirania, no início, mas por astúcia extrema e pelo dom, que possuía, de persuadir as pessoas.

Do casamento com Catarina houve o nascimento de 6 filhos, sendo 2 meninos, mas só uma criança sobreviveu – Maria, a futura rainha, com o nome de Maria Tudor. Os autores todos afirmam o amor, a lealdade de Catarina pelo marido (que lhe era extremamente infiel) e a sua verdadeira obsessão por lhe dar um herdeiro masculino ao trono. Mas, com exceção da menina Maria, tudo havia falhado. E ter uma herdeira mulher era um risco para qualquer trono, à época, imagine-se para uma Inglaterra que

fazia tudo para se firmar no cenário europeu, desde os tempos de Henrique VII.

Enquanto os problemas matrimoniais de Henrique VIII se agravavam, por falta de um herdeiro masculino, um grupo de homens jovens estava surgindo, os quais estavam começando a se interessar pelas novas idéias vindas da Alemanha e, mais tarde, da Suíça. As idéias reformistas, tanto no plano político como no teológico, logo começaram a ser difundidas na Inglaterra, onde foram alegremente recebidas pelos remanescentes da velha tradição Lolarde (os Lolardos eram discípulos de John Wycliff, que tinha tido idéias, no século XIV, bastante próximas das que seriam, posteriormente, assumidas e difundidas pela Reforma Protestante), que haviam sobrevivido, durante gerações, à violenta perseguição de governos ingleses.

Além destes, no início de 1520 (a Reforma começara em 31 de outubro de 1517), ensinamentos luteranos começaram a ser discutidos na Universidade de Cambridge, por um grupo de professores entusiastas. Entre eles, estaria um grupo de futuros bispos e arcebispos ingleses, incluindo Thomas Cranmer, Matthew Parker, Hugh Latimer e Nicholas Ridley. Reunindo-se numa taberna, “White Horse”, à tardinha, discutiam os trabalhos de Lutero e outros. Discussões similares aconteceram em outras partes do país.

Mas o movimento era visto como suspeito pelas autoridades. O rei se desgostou muito sobre o que ouvira sobre Lutero e replicou ao seu ataque sobre os Sacramentos, com um outro texto, que lhe granjeou, por parte do papa, gratidão, e um título: o de “Defensor da Fé”, o qual todos os soberanos ingleses preservaram e ainda usam, o que pode-se considerar uma ironia para com a Igreja de Roma. Mas, apesar do desfavor real, o movimento reformista continuou a crescer: e, como o desfavor forte sempre gera oposição ativa, os reformadores tornaram-se mais fortes e determinados. A temática não era muito clara, pois muitos dos reformadores estavam implicados, tanto com as idéias políticas como religiosas da época, e o rei estava inclinado a olhar a todos que não lhe prestassem juramento de fidelidade absoluta, como traidores em potencial. Começaram, pois, as execuções, no país.

Nesse contexto político e religioso, Henrique começa a olhar com desagrado cada vez maior, para Catarina. No ano de 1527, os dois tinham completado 18 anos de casamento, e a única herdeira continuava sendo Maria. Catarina tinha, agora, 40 anos, e estava se tornando óbvio que as chances de um herdeiro masculino eram mínimas. A chance da Inglaterra ser governada, em sucessão, por uma mulher, era, cada vez mais, preocupante, e o rei não deixava de escutar as murmurações dos seus conselheiros e pensar que, talvez, a dispensa do papa Júlio II para o seu

casamento com Catarina tivesse sido, afinal, um erro. Afinal, teria um papa poder suficiente para ultrapassar as leis de Deus, conforme estabelecido em Levítico 20:21? Um dos que murmurava essas coisas em seus ouvidos era Thomas Cromwell, futuro tesoureiro real, e, talvez, o Cardeal Wolsey.

No início de 1514, rumores de um divórcio (que não era nada anormal, entre reis, desde que com autorização papal) começaram a circular, mas a rainha, então estava com idade, ainda, para gestar. Porém, em 1527, a esperança estava, praticamente, morta.

Para complicar ainda mais a situação, Henrique se apaixonou por Ana Bolena, uma dama da rainha, extremamente jovem e bonita, e de importante família na corte. Ele não poderia fazer, com ela, o que tinha feito com outros amores ilícitos (tinha até um filho homem, bastardo), pois além do perigo de incorrer no desagrado da família, a própria Ana Bolena não o permitiria, pois tinha sonhos mais altos: desejava ser rainha. Assim, ela trouxe o rei enredado numa teia de paixões e negações. Henrique resolveu, então, pedir a anulação do seu casamento com Catarina, desterrou-a para um castelo distante, o mesmo fazendo com Maria, pois declarou-a bastarda e separou-a da mãe. Assim, o sofrimento das duas foi duplo.

Para o procedimento da anulação, Henrique convocou o Cardeal Wolsey, o prelado mais importante do Reino, homem rico e poderoso, amigo pessoal do rei, e arcebispo de York, dizendo-lhe que fosse seu embaixador junto ao papa Clemente VII, com o argumento de que continuar casado com Catarina era continuar vivendo em pecado, e, por isso, Deus não o abençoara com um filho homem.

Wolsey, no desempenho de sua tarefa, encontrou dois obstáculos: 1) o fato de que Clemente VII não podia, ou não queria anular uma dispensa de um papa anterior, Júlio II, pois isto significava que o papa podia errar, o que não era bom para a Igreja; 2) no momento, Clemente VII não podia ofender a Carlos V, soberano da Espanha e Imperador do Império Alemão e, para azar de Henrique, sobrinho de Catarina, a quem ela apelara, pedindo apoio em sua perigosa e delicada situação na Inglaterra. No momento, Clemente VII era, virtualmente, prisioneiro político de Carlos V e, estando em suas mãos, era difícil para o papa desagradá-lo, o que, certamente lhe dificultaria ainda mais a sua situação com o Imperador.

Apesar disso, o papa pediu tempo. Se ele pudesse manter a questão em suspenso, por um ano ou dois, a situação política em que estava envolvido poderia mudar, ou, o que seria muito bom para ele, Henrique poderia cansar-se de Ana Bolena.

Mas o jogo de sedução e paixão se acentuava e Henrique ficava cada vez mais ansioso. Depois de dois anos, em que Wolsey e o legado papal Campeggio iam e vinham de Roma, o rei perdeu a paciência. Pressionado pela família de Ana Bolena e pela nobreza anti-clericalista (principalmente por Thomas Cromwell), ele decidiu livrar-se de Wolsey a quem, agora, olhava como um impedimento à solução do seu problema. Wolsey, do alto de seus poderes e insolência, foi indiciado pelo Estatuto de “Praemunire” (uma lei do Parlamento, que beneficiava os soberanos e o país, contra a interferência papal), por receber ordens de um poder estrangeiro, o papa. Em 1530, foi preso por alta traição, não chegando a ser executado pelo rei, pois morreu enquanto estava em viagem para o sul, escapando, pois de enfrentar a justiça real.

Thomas Cromwell, muito naturalmente, exercendo poderosa influência, agora, sobre o rei, substituiu a Wolsey no Conselho Real. E Henrique continuava em sua saga de esperar pela resposta papal. Em 1531, ele estava desesperado. Deveria o rei da Inglaterra ficar frustrado e a segurança futura de seu país desconsiderada, por causa dos problemas políticos de um papa italiano? Essa era a pergunta que o rei fazia e que Cromwell começava a responder, de um modo que agradasse a Henrique e que garantisse o prestígio dele próprio, Thomas. Assim, Henrique, tendo afastado Wolsey, logo começou a duelar contra quem, eventualmente, poderia criticá-lo – o clero. Neste mesmo ano, 1531, acusou a todo o clero de infringir o “Estatuto de Praemunire”, ao aceitar as orientações que Wolsey tinha dado, em nome do papa, um estrangeiro. Para liberá-los desta acusação, permitiu aos clérigos se salvarem da punição com duas condições – uma, o pagamento de uma soma de 10.000 libras; a outra, a concordância em reconhecê-lo como “Protetor e Suprema Cabeça da Igreja e do Clero da Inglaterra”. A primeira condição, eles aceitaram. Mas a segunda, era outro assunto, pois para eles e, para a maioria dos cristãos, havia na Terra somente uma cabeça na Igreja, e esta era a do Papa. Aceitar a proposta de Henrique significaria um insulto pessoal ao papa e um completo rompimento com o passado, desde Whitby. Mas a alternativa era perigosa – a morte. Assim, um compromisso foi firmado pelo clero, reconhecendo Henrique como “Protetor singular, único e supremo senhor e, tanto quanto as leis de Cristo o permitem, também suprema Cabeça da Igreja na Inglaterra”, o que agradou ao rei. Agora, o poder papal estava em perigo, na Inglaterra. O rei havia conseguido que o clero admitisse responsabilidade por um crime que não tinha cometido (a questão relacionada a Wolsey e ao Praemunire) e persuadiu aos clérigos em aceitar a Coroa como parte essencial na Igreja da Inglaterra.

Desde 1529, havia aparecido uma nova figura em cena. O rei, alojado na Abadia de Walham, havia conhecido um professor de Cambridge, Thomas Cranmer, o qual tinha lhe atraído a atenção devido a uma sugestão feita por esse desconhecido professor: a de que, na questão da legalidade ou

não, do casamento de Henrique com Catarina, (mais tarde, na possibilidade de uma anulação), o assunto deveria ser estudado pelas universidades européias, para emitirem a sua opinião, o que tiraria do papa a responsabilidade pela resolução do fato. (Não esqueçamos que Cranmer tinha se agradado das idéias de Lutero, com relação ao poder da Igreja – portanto, a sua sugestão era coerente com sua posição acadêmica e teológica). Diz-se que Henrique ficou grato a Cranmer por sua sugestão e tomou nota do seu nome, para futuras referências. As universidades da Inglaterra e muitas do Continente foram consultadas e as respostas estavam chegando, muitas delas favoráveis ao rei, mas os meios pelos quais seriam obtidas não foram considerados. A causa de Henrique estava crescendo, dia-a-dia .

Logo a seguir, o Parlamento foi acionado por Henrique, sendo aprovadas uma série de leis, entre 1532 e 1534, que cortavam, cada vez mais, as amarras da Inglaterra com o papado. Para Henrique, o que o clero “decidira “ precisava ser implementado pelo Parlamento, para haver segurança no processo de rompimento.

O primeiro ato relacionava-se ao pagamento de anatas. Anatas eram os rendimentos do primeiro ano de uma diocese, que eram pagas a Roma. O ato, que restringia o pagamento das anatas, queixava-se da saída do dinheiro inglês para fora e declarava que isso precisava parar, a não ser por uma pequena parcela, de 5%. E para facilitar as coisas para os bispos, o ato também estabelecia que, no futuro, todos eles seriam sagrados na Inglaterra, pelo arcebispo de Cantuária ou York. Enquanto isso, a Convocação (ou o sínodo deles), tinha concordado com a Supremacia Real, no sentido de que nenhum cânon seria feito sem permissão real.

Em agosto de 1532, morreu o arcebispo Warham, de Cantuária, e surgiu o problema do seu sucessor. Henrique queria Thomas Cranmer, que era sacerdote, e o papa concordou, embora não pudesse aprová-lo integralmente, porque sabia de suas idéias luteranas e, também, que ele era casado, embora mantivesse a esposa em segredo, além de ter dado um grande apoio na demanda real pelo divórcio ou anulação do casamento do rei. Mas Henrique não estava preocupado com isso. Cranmer foi sagrado em março de 1533 e validou o casamento secreto feito entre Henrique e Ana, em janeiro de 1533, estando ela já grávida. Era, pois, essencial que essa criança fosse legitimada, e, com a graça de Deus, certamente seria um menino. Mas ainda o divórcio não tinha saído e Henrique se encontrava na incômoda posição de ter duas esposas vivas, ao mesmo tempo: Catarina, contra quem ele nunca se atrevera a tomar uma atitude mais violenta, como morte, por exemplo, talvez porque ela fosse muito considerada pelo povo, fosse filha de quem era e, ainda que remotamente, gozasse de uma certa simpatia do próprio Henrique, e Ana, a amada do momento.



Nessa ocasião, passou o segundo ato no Parlamento, o que restringia os apelos a Roma. Apesar de tudo, nas questões eclesiásticas, o apelo final ainda era para Roma. Isto sempre tinha sido impopular e a transferência desses tipos de apelações para uma corte inglesa foi aceita, com naturalidade, pelo Parlamento. Mas este ato também declarava que “estes domínios da Inglaterra são um império” (quer dizer, um estado soberano, independente), e que o rei é a cabeça suprema, tanto da Igreja como do Estado. Neste preâmbulo, repousa o princípio fundamental da Reforma Inglesa – o poder não está, na Igreja, nas mãos do papa, mas nas do rei. A Supremacia Real enfatiza isto.

Com a proibição das apelações a Roma e o poder sobre a Igreja nas mãos de Henrique, ele pôde ir adiante em seus desejos. Em 23 de maio, Cranmer deu parecer favorável ao desejo real, ao declarar nulo e sem efeito o seu casamento com Catarina. Em 28, seu casamento com Ana Bolena foi tornado público e em 1º de junho, ela foi coroada rainha, sem a simpatia popular. Em 11 de julho, o papa excomungou a Henrique e, em 7 de setembro, nasceu a filha de Ana, Elisabete.

Daí em diante, sucederam-se vários atos do Parlamento, que selaram a ruptura definitiva com Roma, em 1534. O ato final, o “Succession Act” deu sanção parlamentar ao divórcio e tornou possível, ao rei, exigir um juramento para qualquer questão em favor da nova situação. Recusar fazer este juramento era crime de alta traição. Thomas More, o chanceler real e o bispo de Londres, Fisher, recusaram-se a fazê-lo, e Henrique condenou-os à morte.

Assim, em pouco tempo (menos de 3 anos), Henrique tinha liderado a maior revolução. Por cerca de um milênio, a Igreja da Inglaterra, mesmo muitas vezes sob protesto, tinha estado sob a direção de Roma. Agora, por decreto, aquela antiga aliança tinha sido rompida e todos os poderes que o papado tinha exercido foram transferidos para o rei e o Arcebispo de Cantuária. No desenvolvimento dessa revolução, a Igreja tinha tido pouca participação. A iniciativa tinha sido do rei, embora Henrique fosse esperto o suficiente para vincular o Parlamento a cada passo seu. Não é, pois, exagero afirmar, que a Reforma Inglesa, em cada etapa dos seus primeiros passos, tinha sido uma “transação parlamentar” ou “um ato de estado”.

E como ficava o povo, nisto tudo? Apesar da simpatia popular por Catarina, o carisma e o autoritarismo do rei era muito forte, e houve uma relativamente pequena reação a esses procedimentos todos, por medo, por apatia, ou por simpatia com a causa real do rompimento com Roma.

Na prática, tudo continuava como antes, nas questões diárias da vida da Igreja. Esta pode ser uma explicação do fato de não ter havido grande

reação popular, pois o povo simples não tinha perdido nada: a liturgia continuava a ser em latim, a doutrina católica continuava a mesma, enfim, o rei mudara o governo da Igreja, mas não a sua estrutura cotidiana, para desagrado daqueles que desejavam uma reforma avançada, em direção à Alemanha ou à Suíça.

Em sua escolha de Cranmer como seu arcebispo, em 1533, Henrique encontrou o mais acomodado e fiel servidor, o qual serviu ao rei com uma verdadeira idolatria, apesar de saber que o soberano não concordava com suas tendências protestantes. Assim, escondeu-as, para usá-las no devido momento.

Na época de Henrique, as mudanças na vida da Igreja foram poucas, mas de importância. Assim, o rei interessou-se pela tradução da Bíblia, do latim para o inglês e, em 1535, a tradução de Coverdale, dedicada ao rei, foi concretizada e, no ano seguinte, Henrique elaborou um decreto para prover uma Bíblia em latim e inglês para cada paróquia. Em 1538, a "Grande Bíblia", baseada na tradução de Coverdale e de seu antecessor nesse trabalho, Tyndale, foi enviada, em cópias, para as paróquias, como ponto de referência ao qual o povo podia recorrer.

Outra questão importante foi a dissolução dos mosteiros ingleses. Cerca de 1535, o rei necessitava, desesperadamente, de dinheiro, para financiar sua política externa. Espalhadas pelo país, havia cerca de duas mil casas religiosas (tendência celta?), das quais metade eram, também, hospitais, de vários tamanhos e importância, mas todas elas enriquecidas por doações feitas por benfeitores piedosos. O rendimento potencial dessas casas era enorme. Precisariam os monges e freiras de tanto dinheiro?

Desde o ano anterior, 1534, Henrique estava de olho da fonte de recursos que esses mosteiros e conventos lhe poderiam fornecer e, aconselhado por Cromwell (de novo, ele, o conselheiro astuto e imoral), resolveu avançar em cima das casas religiosas. Tinha poder para isso, conferido pela Convocação e pelo Parlamento. Assim, sempre apoiado em leis emitidas por este, em pouco tempo, dissolveu todas as casas religiosas, primeiro as pequenas e, depois, as grandes, e se apropriou dos seus rendimentos. Os religiosos foram apoiados em suas futuras decisões de vida, para que não morressem de fome, e, com isso, Henrique termina, temporariamente, com uma das mais consagradas criações da Igreja: a vida monástica. Avançou, também, sobre santuários, como o de Thomas Becket, destruindo-o, e sobre tudo o que lembrasse a supremacia da Igreja sobre o Estado. Este precisava dominá-la. Novamente, houve pouca oposição à intervenção real.

Ainda, houve outras interferências do rei na vida da Igreja. Em 1536, ele fez promulgar os chamados "Dez Artigos", junto com os quais vieram uma

série de determinações sobre o que os clérigos deveriam pregar e quando (não menos de 30 domingos sucessivos), e, regularmente, depois deles, contra o papa e “sua jurisdição e poder usurpadores”. Conta-se que estas determinações geraram problemas de ordem doutrinal e homiléticas, pois o clero não estava habituado a isto. Por isso, saiu, em 1537, o chamado livro “The Institute of a Christian Man”, mais conhecido como “O Livro do Bispo”. Elaborado, principalmente por Cranmer, foi uma tentativa de auxiliar os sacerdotes-paroquiais a respeito dos ensinamentos da Igreja e, também, ajudá-los em seu ministério. Mas a iniciativa teve curta duração.

Em 1539, Henrique novamente agiu, em termos doutrinários. Divulgou os assim chamados “Seis Artigos”, descritos “como um ato abolindo diversidade de opiniões”. Tratava, o texto, dos seis temas mais controversos da época e não somente determinava o que as pessoas deveriam crer, como também declarava crimes a heresia e a dúvida. Estes seis temas eram a verdade da doutrina da transubstanciação, a adequação da comunhão em uma espécie, para o povo, a necessidade do celibato clerical, a obrigação para ex-freiras e ex-fracades de conservar a castidade, a importância das missas privadas e a necessidade da confissão sacramental. Para os que desejavam uma reforma doutrinária mais avançada, este documento foi chamado de “uma chicotada sangrenta de seis tiras”, e foi considerado um desastre cruel, atacando a maioria das suas mais queridas crenças.

Como resultado dele, os bispos Latimer e Shaxton resignaram a suas dioceses, a segunda esposa de Cranmer retornou para a Alemanha (ele era viúvo, quando casou-se com uma filha dos reformadores alemães) e um número significativo de clérigos casados abandonaram as suas vidas na Igreja, e arranjam empregos seculares, para não abandonarem suas esposas. Qualquer um que criticasse os “Seis Artigos” ou mostrasse alguma resistência, seria morto.

Henrique deu continuidade à essa ação reacionária, determinando a publicação de outro livro, que recebeu o apelido de “O Livro do Rei”, mas que se chamava, na realidade, “A Necessary Doctrine and Erudition for Any Christian Man”, lançado em 1543. Nele, eram referendados os “Seis Artigos” e, daí por diante, os reformadores foram silenciados.

Os últimos anos de Henrique foram incríveis. Embriagado com o poder e riqueza, o príncipe jovial e simpático tinha degenerado para um velho tirano mal-humorado. O casamento com Ana Bolena durou pouco. Logo depois, ela foi acusada de traição, adultério, julgada e decapitada, na Torre de Londres (1536). A seguir, veio a gentil Jane Seymour, por quem Henrique se apaixonou, realmente. De seu curto casamento resultou o tão esperado menino, o futuro Eduardo VI, mas o nascimento do filho custou a morte da mãe (1537). A seguir, por tratativas desastradas de Cromwell,

que desejava uma aliança forte da Inglaterra com os príncipes luteranos, veio o desastrado casamento de Henrique com Ana de Cleves, nunca consumado, porque o rei, embora a considerando uma boa amiga, nunca se interessou por ela, e o divórcio logo foi promulgado. Ana, no entanto, nunca deixou a Inglaterra, residindo lá, confortavelmente, até a sua morte, em 1557 (dez anos após a morte de Henrique). Em 1542, Henrique casou-se, pela quinta vez, com Catarina Howard, a qual também foi executada, por traição, em 1542, sendo sua esposa uma outra Catarina, Parr, que morreu um ano após o marido, acompanhando-o até o seu fim. Ana de Cleves e Catarina Parr foram as únicas esposas com quem Henrique teve um pouco de vida familiar, pois elas, devido a bondade pessoal que cultivavam, trataram de reuni-los com seus filhos, Maria, Elisabete e Eduardo.

Jane Seymour, que viveu muito pouco, após o seu casamento, também era extremamente bondosa, e cultivava uma tendência ao protestantismo, assim como Ana de Cleves e Catarina Parr. Apesar disso, Henrique, no íntimo, sempre se manteve fiel ao catolicismo, mandando rezar 5 missas diárias, privadas, em sua capela pessoal, durante um longo período de sua vida. Ainda, conservou o título de “Defensor da Fé”, pois a professava, realmente.

Assim, o reinado de Henrique foi encerrado, em 1547, entre sentimentos de medo, dúvida e desânimo. Durante 20 anos, desde a questão do divórcio, muitas mudanças aconteceram. A Inglaterra rompeu, administrativamente com Roma, os mosteiros, antes tão familiares, estavam, agora, em deserto e ruínas. Surgira a figura eclesiástica nova, do rei, “como Suprema Cabeça da Igreja da Inglaterra”, com poderes tão grandes que chegavam a incluir a definição de dogmas, se ele assim o desejasse. No entanto, apesar de todas essas mudanças fundamentais, a vida religiosa no país permaneceu como sempre fora. Para os homens das aldeias, em suas vidas simples, as grandes mudanças acontecidas no reinado representavam pouco. Constitucionalmente, tinha havido mudanças, mas só nas altas esferas. A mudança para o povo ainda estava por acontecer.

## **Capítulo 9 – Eduardo VI e Maria**

A morte do rei deixou o trono nas mãos de um menino débil e enfermiço, o terceiro na ordem de nascimento, dos filhos que tinham sobrevivido: Maria, a mais velha, nascida em 1516, Elisabete, a segunda, nascida em 1533 e Eduardo, que recebeu o ordinal de VI, nascido em 1537.

Na ocasião da morte de seu pai, o menino tinha 9 anos e precisava de um Conselho de Regência para que o poder real fosse exercido. A suprema

ironia tinha perseguido Henrique, em toda a sua vida. Ele tinha brigado com o papa, deixado de lado a primeira esposa, matado a segunda e perdido a terceira, a quem amava, tudo por um filho homem, que o sucedia ainda criança, e com um futuro incerto, devido às suas condições de saúde. A pergunta que muitos faziam era: a criança valia isso? Estava a sucessão mais segura do que estaria, quando Henrique tinha somente uma filha viva? Ninguém tinha resposta para essas questões, mas uma coisa era clara: ele desejava que o seu filho estivesse identificado com o partido reformista. Parece que Henrique pressentia que o futuro e a independência da própria Inglaterra estavam mais vinculados à Reforma do que a Roma, embora ele, pessoalmente, como vimos, não tivesse essas simpatias. Mas ele não podia prever o que aconteceria com o reino e a Igreja, nas mãos débeis do filho.

Assim, após a morte do velho rei, o Conselho de Regência tomou posse e Eduardo Seymour, irmão da mãe do rei-menino, e protestante moderado como ela, tomou o poder nas mãos, como tutor de Eduardo. Ele estava em vias de se tornar Duque de Somerset e ocupava, portanto, a função mais importante do reino, depois do rei, sobre quem tinha autoridade.

Com Somerset, logo se tornou claro que as reformas doutrinárias, há muito ansiadas pelo partido protestante, do qual Cranmer fazia parte, começariam a acontecer.

À esta época, conta-nos Moorman, as opiniões religiosas estavam divididas no país. Poucos tinham esperança ou algum desejo de uma volta para Roma, mas havia muitas controvérsias sobre questões ligadas às idéias luteranas, como a “Justificação pela Fé”, ou, então, em outras áreas, sobre o sentido da missa (com questões decorrentes, a respeito do celibato do clero e a comunhão numa só espécie), imagens e relíquias, a infalibilidade da Bíblia, e assim por diante. Somerset começou a abraçar opiniões avançadas, apoiado por Cranmer (ainda Arcebispo de Cantuária). Os dois consideravam a minoridade do rei uma boa oportunidade para a introdução de mudanças religiosas mais fortes, usando os extensos poderes que Henrique VIII tinha usurpado para a Coroa. Nessas reformas, a Igreja Inglesa teve um papel pequeno: a Convocação era raramente consultada e os bispos estavam bastante divididos, para organizar uma oposição unificada. Assim, a reforma continuou a ser, no reinado de Eduardo VI, basicamente, um “ato de estado”. Bispos conservadores, que desejavam a volta ao romanismo ou a independência da Igreja da tutela real, como Gardiner e Bonner foram presos, imediatamente.

Durante o reinado de Eduardo e mesmo após Somerset ter deixado de ser o tutor e caído em desgraça, sendo substituído na presidência do Conselho de Regência e na tutoria por um adversário seu, também parente do rei, o Conde de Warwick, futuro Duque de Northumberland,

sucederam-se as mudanças doutrinárias que levavam a Igreja da Inglaterra para o caminho do protestantismo.

Ocorre que, em 1548, chegaram à Inglaterra vários protestantes famosos, vindos do Continente, entre eles, Peter Martyr Vermigli, um ex-cônego agostiniano, que veio para lecionar teologia em Oxford; Francisco Dryander, um espanhol, para trabalhar em Cambridge; Martim Bucer, famoso reformista alemão, também indicado para lecionar em Cambridge, e John à Lasco, um polonês, que também tinha se identificado com o movimento alemão. Esse grupo de teólogos teve um importante papel nas mudanças que aconteceram, pois eram homens ligados a Cranmer, e, sem dúvidas, muito influenciaram o arcebispo.

Cranmer, por sua vez, estava ocupado com um plano litúrgico que tinha, desde os tempos de Henrique, quando não pudera colocá-lo em prática. Agora chegara o momento. Tinha o apoio do governo, na pessoa do tutor do rei-menino, e o apoio “logístico” (teológico), desses novos companheiros. Assim, ele consegue definir o seu esquema para suprimir o devocionário romano, por um livro de orações em inglês. Em 1549, o trabalho estava pronto, e o Livro de Oração Comum (LOC), foi imposto ao clero e ao povo por uma lei, o chamado “Ato de Uniformidade”, o qual determinava que, no passado, tinha havido uma variedade de usos litúrgicos na Inglaterra mas, de agora em diante, todos os clérigos deveriam usar o novo livro, sob pena de prisão. Ainda, foi autorizado o casamento de sacerdotes, o que pareceu agradar a muitos.

Parece que este LOC foi bem recebido pelo clero paroquial, pois continha lembranças do velho livro de ofícios, para satisfazer a todos, inclusive a uns poucos conservadores. No entanto, os adversários do novo regime não o aceitaram e, também, os protestantes mais extremados. Há levantes populares, na ocasião, e Somerset é aprisionado na Torre de Londres, sendo substituído, no poder e na tutoria, por Warwick.

A partir daí, as mudanças se sucedem rápidas, porque Warwick, inescrupuloso e ladino, tinha se aliado aos progressistas mais extremados, como Nicholas Ridley e John Hooper, que, pressionando Cranmer, caminharam rapidamente para atos mais extremados.

Desde a subida ao trono de Eduardo, tinham se sucedido, em muitas partes da Inglaterra, verdadeiras agressões às igrejas e ornamentos que lembravam o passado romano. Assim, muitos altares foram destruídos, pratarias foram saqueadas, imagens destruídas e, em muitos lugares, aconteceram verdadeiras “liquidações” ou feiras ao ar livre, para venda de objetos litúrgicos. Até os instrumentos musicais, como órgãos de tubos, sofreram a ação dessa verdadeira onda “iconoclasta”.

O ano de 1550 iniciou com um Ato do Parlamento contra os livros sagrados dos antigos ritos e as imagens. Iniciou-se nova onda iconoclasta, do que ainda sobrara da devastação anterior. Além disso, os progressistas foram muito mais adiante: Ridley sucedera a Bonner como bispo de Londres e determinou ao seu clero que os altares de pedra fossem removidos, já que o sacerdote “não deve falsear a missa papista, beijando a mesa do Senhor, lavando os seus dedos antes do Evangelho, trocando o livro de um lugar para o outro, lambendo o cálice, mostrando o Sacramento abertamente antes da distribuição, tocando a sineta ou colocando velas sobre o altar” e o próprio bispo determinou que as velas da Catedral de São Paulo fossem retiradas, antes que ele entrasse no coro. John Hooper, por sua vez, se recusava a usar uma sobrepeliz e uma capa em sua sagração, pois não aceitaria nenhuma cerimônia que não pudesse ser justificada pelo Novo Testamento.

Todos os bispos que pudessem representar uma oposição ao novo modelo de Igreja foram afastados, alguns até aprisionados, para facilitar a aceitação das mudanças doutrinárias e litúrgicas que viriam com o “Segundo Ato de Uniformidade” e o novo LOC, de 1552. Esse ato identificava a Igreja e o Estado e apertava o rigorismo com relação à obrigação de todos de assistirem aos ofícios da Igreja da Inglaterra, sob pena de punição. Segundo pensavam os reformistas, “a Igreja seria o Estado em oração”. Enquanto isso, o segundo LOC de Eduardo VI trouxe uma mudança mais radical, abandonando, de vez, os velhos costumes e cerimônias de adoração, e, também, alterando palavras e frases que davam uma significação muito mais protestante ao texto.

O novo livro passou a ser usado em 1º de Novembro de 1552, passando com bem menos oposição. Todo e qualquer resquício de romanismo foi abolido, acompanhado por uma tentativa, no mesmo ano, de definir a doutrina da Igreja da Inglaterra.

É interessante de se observar que todas as Igrejas Reformadas passaram por um processo de ter de definir, em textos teológicos, o caráter de suas doutrinas. Todas elas se consideravam a verdadeira igreja (do mesmo modo que os católicos-romanos), com base escriturística. No entanto, pela oposição que sofriam, precisavam provar isso, e o faziam, elaborando as chamadas “Confissões de Fé”. Isto aconteceu com os luteranos, com os calvinistas, e também a Igreja da Inglaterra, pelo menos na fase mais forte da influência protestante, também o fez, só que na forma de “Artigos de Fé”. Cranmer tinha esboçado 45, mas estes foram reduzidos para 42, antes de receberem a aprovação real, em 1553.

Os artigos, segundo Moorman, representavam, em parte, uma oposição à doutrinas medievais e, por outro lado, também um ponto médio contra protestantes mais extremados, especialmente os chamados “anabatistas”. Os artigos tentavam dar uma “plataforma doutrinal” à Igreja da Inglaterra,

preparando-a para o que, no futuro, viria a ser conhecido como “via média”.

Outra mudança importante acontecida durante o reinado de Eduardo VI, foi o despertamento para um zelo na devoção. Os sermões passaram a ser muito valorizados, e muitos deles, como os do bispo Latimer, representam o que de melhor podia haver, no incentivo à uma vida piedosa, o afastamento das superstições medievais, o aconselhamento ao clero e a crítica aos bispos negligentes. Os males sociais também eram apontados, estimulava-se a caridade, faziam-se críticas ao casamento de crianças e à corrupção dos Juizes.

Tudo isso terminou, repentinamente, quando o filho tão desejado de Henrique morreu de tuberculose, em 6 de julho de 1553, antes de completar dezesseis anos, época em que reinaria sem a necessidade de uma tutoria.

Por ocasião de sua morte, os protestantes tentaram um recurso extremo de colocar no trono uma parente de Eduardo, Lady Jane Grey, casada com um filho de Northumberland, e também protestante. Mas o plano falhou e o jovem par foi sacrificado, enquanto subia ao trono a verdadeira herdeira, Maria, a filha mais velha de Henrique, e extremada católica-romana.

O prefácio do livro de Carolly Erickson sobre a vida de Maria Tudor, que tenta dar uma imagem mais humana e simpática da rainha, nos conta que esta filha de Henrique VIII não tem nenhum monumento erguido em sua memória, na Inglaterra. Em seu testamento, ela solicitava um memorial que deveria ser construído para ela e sua mãe, “para uma decente lembrança de nós duas”. O dia de sua morte, conforme continua relatando Carolly, 17 de novembro de 1558, - o dia em que sua outra meio-irmã subiu ao trono - foi feriado nacional por duzentos anos na Inglaterra. Gerações subseqüentes passaram a conhecê-la como “Maria, a Sanguinária”, devido ao número elevado de mártires protestantes que foram assados vivos, em fogueiras, durante o seu curto reinado de 5 anos.

A memória dos mártires ainda aparece em qualquer avaliação sobre o reinado de Maria, mas há outras questões nessa história. Maria foi uma sobrevivente, como também Elisabete, de uma teia de intrigas, exílios forçados, ameaças de morte, medo e isolamento. Ela sobrevive a uma adolescência agonizante, marcada por doenças, o martírio conjugal de sua mãe, Catarina de Aragão, e as aflições que o seu pai lhe ocasionava. Ela viveu perigos piores, durante o reinado de Eduardo VI, não por causa do irmão, diretamente, mas pela ação de repressão contra ela por parte de seus conselheiros, e subiu ao trono quando os grupos eram, esmagadoramente, contra ela. Seus partidários viram a sua subida ao trono como um milagre de Deus e ela própria há muito tempo pensava que



estava divinamente indicada para trazer a Inglaterra de volta ao catolicismo. Como rainha, freqüentemente enfrentou obstáculos e conflitos entre o seu “status” político (o de rainha), e a sua condição de mulher, mantendo uma posição de obediência a um marido indiferente (o futuro rei Felipe II, da Espanha) e sofreu constantes desapontamentos a respeito de situações de falsa gravidez.

Maria nascera no início de 1516, depois de várias tentativas infrutíferas de sua mãe, de "segurar" um bebê e o seu nascimento e batismo foi festejado em todo o reino com grandes festas, especialmente na corte, apesar de uma certa decepção do rei por ela não ter nascido homem. Mas a menina era uma Tudor legítima, e isso tranquilizava um pouco os preocupados com a sucessão do trono. E como herdeira, ela viveu o início da adolescência, quando a catástrofe se abateu sobre Catarina e ela, iniciando-se, para as duas, os longos dias de tormento. Catarina, católica-romana ardente e fervorosa, exigiu de Henrique uma educação em sua fé. E assim foi. Desde criança, Maria teve preceptores espanhóis que lhe deram uma formação fundamentalista, estreita e rígida em todas as questões: sexual (a esposa devia obediência cega ao marido), moral (o martírio era o destino dos cristãos de fé), e religioso (a verdade era uma só e pertencia ao romanismo).

Pouco acostumada à vida social, devido a constante reclusão, em diferentes castelos, para que não pudesse fomentar revoltas contra o reino, atraindo adeptos para si, não é de se estranhar que, quando subiu ao trono, à idade de 37 anos, seus estreitos lábios finos não estavam acostumados a sorrir.

A política de Maria logo tornou-se clara: invalidar tudo o que seu pai e seu irmão tinham feito e retornar à velha ordem – a vinculação com Roma. Esse era o seu destino, para o qual ela acreditava ser chamada. Por conseguinte, os velhos bispos romanos foram restaurados em suas dioceses, enquanto que os reformadores que não fugiram foram aprisionados, entre eles, os líderes: Cranmer, Latimer e Ridley, símbolos de tudo o que Maria odiava e a tinha feito sofrer.

Maria, embora não usasse o título de “Suprema Cabeça da Igreja da Inglaterra”, agia como se assim o fosse. Ela decidiu que política religiosa o país deveria seguir e, como o pai, continuou levando o Parlamento atrás de si. Portanto, em pouco tempo, o Parlamento tinha, mansamente, anulado toda a legislação eduardina e se preparava para a aproximação com Roma.

Para isso, ela contou com o clero romanista (conhecido como “mariano”). No início de 1554, publicou uma série de leis, que requeriam de todos os bispos a restauração do antigo modelo romanista, a remoção de todos os sacerdotes casados de suas paróquias, a verificação que os dias santos

deveriam ser observados e a destituição de todos os clérigos que mantivessem suas opiniões vinculadas ao protestantismo herege. Sob o velho bispo Gardiner, de Londres, uma “limpeza” foi feita e cerca de 20% do clero foi removido. As igrejas, tornadas despidas pela ação protestante, começaram a ser, ou restauradas ou reconstruídas. Altares de pedra foram recolocados, para substituir as simples mesas de madeira; ornamentos e imagens que jaziam nos terrenos dos templos, e que não tinham sido vendidos ou estragados totalmente, foram restaurados ou reconduzidos; vestes que tinham resistido à ação iconoclasta ou do tempo, foram reintroduzidas e houve uma grande busca de pratarias, enfeites e livros. Altares foram reconsagrados, num processo de purificação. Houve alguns poucos distúrbios, em reação, e não há dúvidas de que um significativo número de pessoas via o retorno ao romanismo com pena e desânimo; mas no todo, a política da rainha parecia estar tendo sucesso.

O grande erro da rainha foi o seu casamento com seu primo Felipe, o chamado “desastrado casamento espanhol”. Como já vimos antes, a Espanha era uma grande potência européia, na época. Mas uma coisa era uma aliança com tal reino, através do casamento com uma princesa espanhola. Outra, era o casamento de uma rainha inglesa, com um futuro rei espanhol e dono de um grande império colonial, principalmente nas Américas (Não esqueçamos que estamos no século XVI). Logo que isso foi divulgado, o país foi jogado num sentimento de pânico e dependência. Ninguém desejava que a Inglaterra fosse instrumento da Espanha, em seus problemas políticos europeus. O casamento aconteceu no dia 25 de junho de 1554 e, já que Felipe não podia ser rei de um país que não fosse romano, a Inglaterra, através da rainha e do esposo, do Parlamento, e de altos dignitários, pede humildemente perdão a Roma, na pessoa do enviado papal Reginald Pole, um cardeal inglês, primo de Maria, seu amigo pessoal, e que fugira para o Continente, durante o reinado de seu pai. O ato do Parlamento, em seu preâmbulo é extremamente degradante, pois descreve a vinda do cardeal Pole “para chamar-nos, novamente, para casa, um caminho reto do qual nos afastamos por longo tempo e permanecemos fora”.

A partir daí, se desencadeia a perseguição violenta, que granjeou o apelido já mencionado: “Maria, a sanguinária”. Em seguida, foram acesas fogueiras em Smithfield e longa fila de vítimas foi levada para lá.

Desde abril de 1554, Cranmer, Latimer e Ridley tinham sido aprisionados. Moorman nos conta que, em setembro de 1555, Cranmer foi citado perante um tribunal e, formalmente, acusado de heresia. Em 16 de outubro, Latimer e Ridley, depois de terem enfrentado os juizes e sido condenados, foram levados para execução. O cunhado de Ridley amarrou pacotes de pólvora de revólver, ao redor de seus pescoços, na esperança de encurtar os tormentos, mas isto foi feito somente algum tempo antes deles

morrerem. No auge de sua agonia, Latimer ainda gritou ao amigo que não se afligisse, porque, naquele dia, com sua morte, eles estavam acendendo uma chama, na Inglaterra, que nunca mais ia se acabar.

Latimer morreu logo depois, mas Ridley continuou por algum tempo, em grande agonia, até que o fogo o atingisse e a pólvora explodisse, livrando-o dos seus tormentos.

Enquanto isso, Cranmer permanecia na prisão, sendo persuadido a se retratar da fé protestante, o que seria um grande trunfo político para a rainha, embora não o livrasse da morte. E ele o fez, num documento, negando aquilo que tinha feito e em que mais acreditava. Em sua confissão final, ele admitiu que tinha feito este ato de renegar a fé porque estava cheio de medo e com esperança de salvar a sua vida. Cranmer tinha, agora, 65 anos, e, num certo sentido, o trabalho de sua vida se fora. Assim, ele vacilou mas, depois, a sua consciência falou mais alto. Seus contemporâneos o desprezaram pela renegação da fé, mas, ao final, o admiraram, quando ele, ao enfrentar a fogueira, colocou em primeiro lugar, nas chamas, a mão que tinha assinado a sua negação da fé, gritando: “cometeu ofensa”. E, como foi contado pelos cronistas da época, “logo que o fogo começou, em seguida ele morreu, nunca gritando ou chorando, em seu final”.

No dia da morte de Cranmer, Reginald Pole rezou a sua primeira missa, tendo sido ordenado sacerdote no dia anterior (era diácono, quando retornou à Inglaterra). No dia seguinte, foi sagrado Arcebispo de Cantuária e, junto com Maria, sua grande companheira e aliada, restaurou, em sua plenitude, a Igreja de Roma na Inglaterra, inclusive com a volta dos mosteiros, que começaram a ser criados em toda a parte.

Os dois anos finais do reinado de Maria foram marcados por desastres e desgraças: foi levada à guerra contra a França, por seu marido; não teve o herdeiro desejado para o trono inglês, como dela se esperava; as execuções continuavam: o desagrado e desapontamento popular aumentavam; os impostos cresciam, para sustentar todos os desastres do trono.

Assim, quando o povo soube de sua morte, em 1558, bem como a do cardeal Pole, exatamente no mesmo dia, “então, no mesmo dia, toda Londres cantou e rezou o “Te Deum Laudamus” em todas as suas igrejas”. Chegara o momento de Elisabete.

## **Capítulo 10 – Elisabete I e a Mudança**

Elisabete, a filha de Ana Bolena, também como sua meio-irmã Maria, tinha sofrido as mesmas provações do medo, do isolamento, de ter sido

criada sem mãe, que tinha sido executada com epítetos de “rameira”; como Maria, também tinha sido olhado com suspeita, principalmente pela irmã, já que acusavam da possibilidade de armar conspirações, mediante a ação de aliados. Por isso, a mesma política de isolamento e mudanças constantes de lugar marcaram a sua infância e adolescência. Mas Elisabete tinha herdado de seu pai a força e a coragem para enfrentar situações difíceis, e, como ele, também tinha o gosto pelo poder e os seus desafios decorrentes. No entanto, a sua delicada situação política ensinara-lhe prudência e cautela, e, mesmo de longe, acompanhava o reinado de sua irmã, aprendendo com seus erros.

Aos vinte e cinco anos sobe ao trono, em 1558, iniciando um longo mandato que só terminaria com sua morte, em 1603. Durante esse período, nunca se casou. Era independente demais e sua forte personalidade não aceitava o modelo da época, de submissão total a um marido. Pelo contrário, era ela quem transformava os homens em joguetes em suas mãos. Assim como seu pai, ela colocava sempre os interesses da nação antes dos seus, e, por isso, geralmente gozava de forte simpatia popular. Henrique, por mais egoísta e interesseiro que fosse, sempre tinha em mente a Inglaterra. Elisabete fez o mesmo, com mais sucesso. Detestava guerras, pois as considerava perdas inúteis de vidas e de recursos. Embora fosse autoritária e, às vezes fútil, a sua prioridade era o reino. Isso explica, em parte, as razões de sua política real e religiosa, buscando sempre a independência da Inglaterra e, por consequência, de sua Igreja. Na verdade, com suas ações como chefe da Igreja da Inglaterra, Elisabete transformou-a em “Igreja *na* Inglaterra” para “Igreja *da* Inglaterra”.

Elisabete encontrou o país, eclesiasticamente, dividido em 3 grupos: o dos romanistas e dos bispos marianos e que estavam, agora, no poder, devido à política religiosa de Maria – o clero paroquial, excetuando-se os que tinham sido afastados, ou que tinham fugido, para não serem mortos, era, pelo menos, oficialmente, pró partido romano. Mas um bom número estava preso, estes constituíam, em sua grande parte, o grupo protestante. Outros, como vimos, tinham escapado para outros lugares, mas agora, dependendo dos novos ventos, estavam prontos para voltar. Entre esses dois grupos, havia um terceiro, intermediário, que não desejava, nem uma subserviência à Roma ou à Genebra, na ocasião, o grande centro protestante do momento, com a Reforma Calvinista. Esse grupo desejava uma Igreja da Inglaterra, realmente católica no que fosse essencial e, também, renovada e reformada dos abusos que tinham sido juntados à Igreja, durante a Idade Média.

Extremamente consciente do que estava em jogo, Elisabete foi cautelosa e prudente. Seu secretário, Sir William Cecil, um homem moderado, foi um passo em busca da conciliação, embora a rainha não abrisse mão das suas

prerrogativas. A decisão final era, sempre, sua. Isto se refletiu, também na escolha de um protestante não extremado, para Arcebispo de Cantuária, Mateus Parker. Logo que esses atos se tornaram públicos, os moderados se alegraram, mas os romanistas e os extremados protestantes se prepararam para a luta.

Em janeiro de 1559, reuniu-se o primeiro Parlamento de Elisabete, o qual, como sempre, aprovou o que os reis desejavam – aqui, no caso, dois atos da rainha – o de “Supremacia”, que restabelecia muitos dos princípios de Henrique contra Roma e reconhecia na rainha a “suprema governante”, tanto do Estado como da Igreja; e o de “Uniformidade”; restaurou práticas litúrgicas do tempo de Eduardo, especialmente o que era, praticamente, o LOC de 1552, com algumas alterações significativas: as palavras da administração do sacramento de 1549 foram colocadas, lado a lado com a de 1552 e a restauração dos ornamentos e vestes eucarísticas foi renovada, pela inserção do que ficou conhecido como “a Rubrica dos Ornamentos”, que determinava que “tais ornamentos da Igreja e dos ministros, que foram usados em todos os tempos para as suas ministrações, devem ser mantidos e usados, tal como o foram nessa Igreja da Inglaterra, pela autoridade do Parlamento, no segundo ano do reinado do rei Eduardo VI”, sendo que essa observação é uma referência clara ao LOC de 1549.

Outras determinações reais, com relação à Igreja foram: novas cláusulas a respeito das vestimentas clericais, encorajamento para o ato de ajoelhar durante as orações, de uma saudação ao nome de Jesus. Elisabete também enfatizou a necessidade de uma pregação mais regular, bem como a prática da catequese. Suas determinações proibiam qualquer sacerdote ou diácono de se casar, até que a moça de sua escolha tivesse sido entrevistada e aprovada pelo bispo e dois juizes de paz.

Essas determinações e o juramento de fidelidade à rainha, que fazia parte do Ato de Supremacia, estavam intimamente ligadas com a visitação real do país, que teve lugar no verão de 1559. Tantas mudanças tinham acontecido nos últimos anos, o que poderia ocasionar muita confusão nas mentes, tanto do clero como do povo e, provavelmente, deveria haver um grande desejo de desobediência às novas leis, de obediência à rainha e uniformidade no culto. Assim, os comissários da rainha, enviados para todo o país, veriam, por si mesmos, se as ordens estavam sendo obedecidas.

Uma das grandes tragédias da Reforma é que ela repetiu, nos países onde aconteceu, o grande erro da Igreja Medieval, onde ser cidadão era ser cristão, ou, na nova situação, pertencer, por obrigação, à mesma opção religiosa dos governantes. Não se concebia, na época, cidadania sem a vinculação religiosa oficial. Talvez o primeiro que tenha se apercebido disto

tenha sido o rei Henrique IV, da França, que, durante um certo tempo, em seu reinado, deu tolerância religiosa. Mas isto foi uma exceção. Tanto no mundo romano, como no protestante, a regra era a da obediência civil vinculada com a religiosa.

Um grande problema, para Elisabete, foi o de estabelecer um episcopado de acordo com a realidade atual. As mudanças religiosas dos últimos vinte anos tinham privado o país da maioria do seu episcopado. Assim, a rainha se viu às voltas com a tarefa considerável de encontrar homens que estivessem de acordo com a sua linha de pensamento de moderação religiosa. Sabemos que escolheu para Cantuária a Mateus Parker. Ele tinha sofrido a influência das idéias luteranas a tempo de Cranmer, Ridley, Latimer, Barnes e outros reformadores. Mas, por outro lado, ele nunca tinha sido extremista. No período de Maria, não havia fugido para Genebra, mas permanecido escondido, na Inglaterra, entre os seus livros e escritos. Apesar de sua extrema relutância em se envolver com questões públicas, foi eleito e sagrado Arcebispo, em Lambeth, em 17 de dezembro de 1559, por Barlow, ex-bispo de Bath e Gales, Miles Coverdale, Scory de Chichester e Hodgkin, todos os que tinham sobrevivido ao período mariano. A Igreja Católica Romana não reconhece as ordens anglicanas, por achar que a sagração de Parker não foi válida, por não ter sido mantida a sucessão apostólica nos seus termos. No entanto, para Elisabete e os seus, isto tinha sido garantido com a presença dos bispos mencionados, e, pela ação do novo primaz, outros bispos foram sagrados e as sedes vagas ocupadas. O primeiro problema tinha sido resolvido com sucesso – havia bispos, clero e laicato aparentemente conformados com a política religiosa que ela desejava, fosse seguida. Mas, em seguida, os problemas começaram a aparecer.

Um dos problemas vem com os católico-romanos, os então, chamados papistas. A rainha esperava encontrar uma certa resistência por parte deles, desde que não se estendesse por muito tempo e que, aos poucos, eles fossem convencidos dos seus desejos: uma só fé, para um só país. Mas, ao passo que as relações entre o poder se sucediam, com esses opositores, a situação se deteriorava rapidamente, devido à posições dos romanistas favoráveis a poderes estrangeiros e hostis à rainha. As circunstâncias que propiciaram essas coisas surgiram através da atitude do papado face à Elisabete (excomunhão, complôs contra ela e proibição aos católicos de respeitarem à rainha), à Missão Jesuítica, extremamente comprometida numa ação evangelizadora, subterrânea, na Inglaterra, para difundir o catolicismo-romano e incentivar levantes contra Elisabete, à interferência espanhola, na pessoa de seu cunhado, Felipe II, que também tramou a destruição da Inglaterra e da rainha e às intrigas de Maria Stuart, rainha dos escoceses, que, ao final, terminou prisioneira de Elisabete e executada a seu mando.

Não nos cabe comentar, aqui, todas as vicissitudes de Elisabete com os papistas, e vice-versa. Resta-nos referir que o próprio papa estava empenhado em montar uma cruzada contra Elisabete, pois a Inglaterra, a este tempo, era o principal baluarte do protestantismo, entendido esse como reação à Roma. Com isto, tiveram início planos para a montagem de uma armada, liderada pelos espanhóis de Felipe II, o campeão do catolicismo, àquele tempo. Muito dinheiro foi levantado para isto e uma formidável frota foi organizada, para invadir a Inglaterra por seu lado mais vulnerável, tão oportuno para empreitadas como esta, no passado – o mar. Mas os poderes envolvidos ficaram completamente equivocados com o estado da opinião na Inglaterra e, praticamente, desconheciam a onda de patriotismo que estava surgindo no país. Nem eles sabiam, também, que a Inglaterra também se preparara nessa área – a da marinha. Assim, quando a Armada velejou pelo Canal da Mancha, em 1588, os almirantes ingleses queimaram ou espantaram a frota invasora, e mandaram os sobreviventes encontrar os seus caminhos de volta à Espanha, como pudessem. Acrescido a isto, parte da chamada Invencível Armada havia sido destruída por uma terrível tormenta. Isto pareceu aos ingleses, um sinal de Deus. Esta rápida e completa derrota da grande força que tinha sido reunida para conquistar a Inglaterra, e restaurar o poder do papado, marcou o fim de algum perigo real de intervenção estrangeira no país, em assuntos eclesiásticos, e deixou os católico-romanos a se defenderem por si mesmos.

O fracasso da tentativa levou o governo a aumentar as medidas contra os romanistas. Os descontentes foram obrigados a retornar aos locais de origem e não tinham permissão de mover-se mais do que 5 milhas de sua casa. Muitos foram suspeitos de subversão e aprisionados. Aqueles que desafiavam as leis e estavam preparados para sacrificar-se ao apelo papal, foram levados à morte, cerca de 250, ao todo.

O outro problema sério foram os assim chamados “puritanos”. O perigo que eles representavam para a Igreja era diferente do dos católico-romanos. Enquanto os últimos desejavam a implosão da Igreja *da* Inglaterra, para transformá-la, novamente, na Igreja *na* Inglaterra, sob a autoridade papal, os puritanos queriam transformá-la de acordo com a sua própria visão de Igreja. Embora muitos deles estivessem em contato com Genebra, não eram impulsionados por nenhum poder estrangeiro e nenhum demonstrava hostilidade à rainha, abertamente. Com essa estratégia, eles não podiam ser julgados como traidores e aprisionados; ao contrário: oficialmente, eles não podiam ser impedidos de assumir posições de grande poder e responsabilidade, dentro da Igreja a que se sentiam chamados a mudar. Para eles, as decisões de Elisabete eram insuficientes. A força por trás deles era Genebra. Muitos deles tinham se sentado aos pés de Calvino, por ocasião do exílio ao tempo de Maria. Por tudo isso, desejavam implantar o calvinismo na Igreja da Inglaterra.

Assim, os ataques começaram com relação ao LOC de 1559, que, para eles, cheirava a papismo, pois preservava usos por eles considerados muito romanistas: a permissão para o sinal da cruz, a imposição das mãos na Confirmação, a aliança no casamento, a preservação da veneração de santos e o ato de fazer vênias ao nome de Jesus Cristo e ajoelhar-se na comunhão. Além disso, permitia o uso de cantos antifonais, a utilização de órgãos, como instrumento para a música, etc. Mas o maior problema residia no uso de vestes, pelos sacerdotes, como a casula na Eucaristia e a sobrepeliz nos ofícios corais, sem falar no uso de capas, para os bispos. Muitos deles sentiam problemas de consciência, ao usá-las, ou se recusavam a fazê-lo, como Edmund Grindal, que chegou a Arcebispo de Cantuária, também no reinado de Elisabete.

Com o tempo, a querela aumentou, chegando os puritanos a questionarem as próprias crenças da Igreja e o ministério que a apoiava, o episcopado. E se puseram a trabalhar, ardentemente, para conseguir os seus objetivos. Houve outros, que não suportaram mais a duplicidade dessa situação e se tornaram “separatistas”, oficialmente, da Igreja da Inglaterra, formando congregações dos chamados “não conformistas”. Aos olhos do governo, no entanto, tais iniciativas eram vistas como cheias de perigo, e, em 1593, novas leis foram baixadas contra estes, impondo severas penas de prisão, banimento e, até, a morte, para todos os que se recusassem ir à Igreja ou participassem destes grupos de reação. No entanto, o silencioso e esquivo trabalho da maioria do grupo puritano continuava sem enfrentamento.

As leis elisabetanas em favor da Igreja, em 1559, começavam com a seguinte rogatória: “Vamos orar pela Santa e Católica Igreja de Cristo, que é para toda a congregação do povo cristão, disperso através do mundo e, especialmente, pela Igreja da Inglaterra e da Irlanda”. Isto mostrava que, para os teólogos e liturgistas que davam o referencial para a Igreja da Inglaterra, não havia sentido na separação com o resto da Igreja Católica, pois esta Igreja, mesmo que tivesse repudiado a jurisdição papal, continuava católica. Portanto, não era uma Igreja nova. Mas, por outro lado, também tinha aceito alguns dos princípios da Reforma, pois se despir de certas práticas e idéias que se tinham agregado à Igreja, durante a Idade Média. Suas raízes, que precisavam ser mantidas e reforçadas, foram por teólogos, como Jewell e Hooker. Mas as mudanças também precisavam ser fortalecidas, pois eram importantes: a liturgia no vernáculo, a administração da Eucaristia nas duas espécies, a permissão do casamento para o clero e a grande mudança constitucional, particular da Inglaterra: o(a) soberano(a) como “supremo(a) governante da Igreja”. Este título nunca tinha sido usado antes, embora muitos soberanos agissem como tal, mesmo sem considerar o qualificativo. Monarcas fortes, como Guilherme, o Conquistador, tinham indicado os seus bispos e



controlado os negócios da Igreja, quase com a mesma liberdade que os Tudors.

O que inquietava a muitos era: quanto tempo isso duraria? Seria Elisabete forte o suficiente para levar adiante os seus propósitos de uma Igreja Nacional, livre da autoridade estrangeira, e única para todos? Para Owen Chadwick, em seu livro “A Reforma”, a rainha era um enigma, em matéria religiosa. Falava livremente aos embaixadores, mas menos livremente aos seus conselheiros. O autor diz que ela mantinha o credo íntimo de sua alma tão secreto como as suas verdadeiras intenções sobre o casamento (sempre se esquivou ao mesmo). A tendência em direção a um protestantismo moderado fazia parte de sua herança de vida: como filha de Ana Bolena, sofrera com os romanistas. Ainda, como filha de Henrique VIII, é certo que se sentia pessoalmente atraída por uma decisão religiosa como a de seu pai – uma simpatia discreta pelo catolicismo, mas sem a interferência papal. A síntese de tudo isso, para a Igreja, com o desenrolar dos fatos e as pressões, internas e externas, deu no que conhecemos, em termos de Igreja da Inglaterra, como “Via Média”. Parece que Elisabete não tinha outra saída a seguir: lutar por uma Igreja Nacional (patriotismo típico dos Tudors), que mantivesse a riqueza que a Igreja tinha construído durante os séculos, principalmente os iniciais, mas que não aceitasse o que a Tradição ou as Escrituras não referendassem.

Além disto, a situação política da Europa era tensa: as nações se dividiam entre o catolicismo (as mais fortes, como a Espanha, a França, parte do Império Alemão) ou o protestantismo (ali a rainha poderia achar um espaço para tornar o seu país uma liderança respeitada). Todos esses fatores estavam em jogo, mas Elisabete usou uma outra herança de família, herdada de seu avô e de seu pai: o discernimento em situações difíceis, sempre pensando no bem do reino. Assim, as idéias religiosas da rainha penderam para um catolicismo, sem o papa; mantiveram a supremacia real, do tempo do pai e do irmão; incentivavam a existência de um clero, preferivelmente, celibatário (nisso, não exigia mais do que ela própria fazia) e aceitavam a teoria da presença real de Cristo, na Eucaristia.

Em 1563, a Convocação pusera-se a analisar as posições doutrinárias da Igreja, ao examinar, novamente, os “42 Artigos” de 1553, e reduziu-os para 39. Quando estes foram apresentados à rainha, esta alterou um ou dois deles, também tirou um outro, considerado ofensivo aos católico-romanos. Houve, pois um tempo, em que vigoraram “38 Artigos”, até que, em 1571, o de número 29 (da redação ao tempo de Eduardo) foi restaurado, e a Igreja passou a ter, oficialmente os famosos “39 Artigos”, que, foram, à época, a plataforma oficial da Igreja. Hoje, há discordância sobre a real importância dos mesmos – há os que afirmam que eles são, atualmente, um referencial histórico, pois a essência doutrinária da Igreja

Anglicana está contida nas Escrituras e, por extensão, no LOC; outros ainda enfatizam a importância dos “39 Artigos” como os referenciais para a fé anglicana, e questionam a sua não reprodução no atual LOC brasileiro.

Houve muitas outras características importantes na igreja elisabetana, algumas negativas, outras positivas. Houve um incremento na adoração, um incentivo a uma melhor preparação do clero, determinações de que a Eucaristia fosse celebrada ao povo, ao menos, uma vez por mês; desenvolvia-se, também, nas catedrais, uma escola de música litúrgica inglesa, a qual marcou de maneira significativa o fim do reinado de Elisabete. A ênfase sacramental também foi estimulada, na vida da Igreja. Mas continuaram a haver bispos e párocos mais preocupados com o mundo do que com as coisas de Deus; sobrevivia o pluralismo eclesiástico (quando um sacerdote podia acumular mais de um “benefício eclesiástico” e receber os rendimentos, mesmo que não pudesse estar presente em 2 ou 3 lugares ao mesmo tempo, para desempenhar suas funções sacerdotais).

Em 1603, Elisabete morreu, deixando o trono para seu primo escocês, Jaime Stuart, que recebe o ordinal de I, na Inglaterra. Uma nova era começava com ele, mas a Igreja da Inglaterra já estava suficientemente estabelecida em sua forma de ser independente. A era dos Stuarts trouxe muitos problemas políticos para o povo inglês e, até, para a Igreja, mas o sentimento de uma Igreja Católica Nacional estava bem forte.

Citando textualmente Stephen Neill, em seu livro “*O Anglicanismo*, edição em espanhol, páginas 121 e 122, encontramos o que segue: “Ao final deste longo estudo das tormentas do século XVI, pode ser aconselhável fazer-se uma pausa e perguntar o que havia feito a Igreja Inglesa, e o que não havia feito, no transcorrer de sua Reforma:

- havia mantido a fé católica, como está estabelecida nas Escrituras, nos Credos e nas decisões dos quatro primeiros concílios gerais da Igreja;
- havia restaurado a doutrina católica da supremacia da Sagrada Escritura em todas as questões de doutrina e conduta;
- havia restaurado a prática católica na providência do culto na língua do povo;
- havia restaurado a prática católica, convidando os leigos a lerem a Bíblia;
- na Santa Comunhão, havia restaurado a ordem católica, dando aos leigos a comunhão em ambas as espécies, do pão e do vinho, em vez de uma só espécie, como era a prática da Igreja Medieval;
- na Confirmação e Ordenação, havia restaurado a ordem católica, fazendo da imposição das mãos, pelo bispo, a parte essencial do rito;
- pretendeu restaurar a prática católica da comunhão regular por todos os fiéis;

- reteve a tríplice ordem do ministério: bispos, presbíteros e diáconos;
- reteve cuidadosamente a sucessão do episcopado, desde o tempo dos apóstolos;
- reteve a ordem litúrgica do ano cristão, mesmo que numa forma modificada e simplificada;
- repudiou a supremacia do papa, tal como havia se desenvolvido desde os tempos de Gregório VII;
- negou que o papa tivesse autoridade para interferir nos assuntos civis dos Estados e para depor soberanos;
- pretendeu liberdade para as Igrejas nacionais, dentro da Comunhão da Santa Igreja Católica de Cristo;
- rechaçou a filosofia escolástica e as definições medievais posteriores, especialmente a da transubstanciação, que havia estado baseada nela;
- rechaçou as idéias medievais posteriores do purgatório, das indulgências e do mérito dos santos;
- reteve, infelizmente, as idéias medievais da propriedade, da jurisdição e da administração eclesiástica;
- manteve a continuidade da administração; a maioria dos arquivos episcopais mostram que a obra da Igreja foi levada a cabo em meio dos distúrbios, sem a só interrupção de um dia;
- pretendeu ser uma parte viva da Igreja universal de Cristo.

Foi esta, pois, uma nova Igreja ou a antiga Igreja, reformada e restaurada? Se é necessário, como afirmou Bonifácio VIII, para a salvação de toda a criatura humana que se submeta ao bispo de Roma, então a posição da Igreja da Inglaterra é insustentável. Mas, se olharmos as Escrituras, a vida da Igreja primitiva, a grande tradição central da Igreja através dos séculos, podemos chegar à conclusão de que a Igreja da Inglaterra, no reinado de Elisabete tinha razão em pretender, como ainda pretende hoje em dia, que ela, e nenhuma outra instituição, é a Igreja Católica na Inglaterra. Indubitavelmente, um grande setor de cidadãos estavam apoiando a sua rainha, quando ela escreveu ao Imperador Alemão Fernando, em 1563: “Nós e nossos vassalos não seguimos nenhuma religião nova ou estranha, senão a mesma religião que Cristo manda, que sanciona a Igreja primitiva e Católica, que aprovam a mente e a voz dos Pais mais antigos”.

## **Capítulo 11 – O Anglicanismo**

O reinado de Elisabete marcou o início da expansão colonial britânica. Como revide à política agressiva de Felipe II, da Espanha, a Inglaterra iniciou uma verdadeira guerra com os espanhóis, pelas suas possessões, principalmente na América do Norte. A poderosa marinha inglesa singrava

os mares, tentando roubar todos os tesouros espanhóis que iam da América para a Espanha ( guerra de piratas e corsários) e, também, colocou as bases do estabelecimento inglês na América do Norte, projeto que foi continuado pelos seus sucessores Stuarts. Assim, com o tempo, colonos ingleses, pelas mais variadas razões, inclusive em busca de liberdade religiosa, fixaram-se na zona leste dos atuais Estados Unidos, formando as famosas treze colônias, onde as expressões de fé variavam.

Com esta colonização inglesa, foi junto, para algumas regiões da América do Norte, a Igreja da Inglaterra, chamada pejorativamente, de Igreja Colonial. Não temos condições de aqui, relatar o desenvolvimento dessa Igreja sofrida, sem o apoio de bispos ou da Coroa (representava o Estado Inglês nos EUA), mas podemos mencionar que, o processo de independência foi muito positivo para ela. Conseguiu sagrar o seu primeiro bispo, Samuel Seabury, na Igreja Episcopal da Escócia (já em comunhão com a Igreja da Inglaterra, embora de administração independente), e, com ele, teve início o episcopado anglicano na América. Por razões políticas, a Igreja Colonial não podia chamar-se mais assim, pois não era mais o resultado de uma política colonialista, e tomou o nome de Igreja protestante Episcopal dos Estados Unidos da América. Mais tarde, o qualificativo protestante foi retirado do nome oficial da Igreja Anglicana, que, juntamente com muitas outras, está em comunhão com a Igreja da Inglaterra, no que se convencionou chamar Comunhão Anglicana.

Nós, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, somos fruto do trabalho missionário da Igreja dos Estados Unidos. Temos condições de conhecer a nossa história em detalhes. Temos pesquisadores e bibliografia para isso.

A Comunhão Anglicana está espalhada pelo mundo, unida por doutrina, tradição, usos litúrgicos (o LOC), mas sem a autoridade de um papa para administrá-la. Cada família ou província anglicana tem a sua própria administração e autonomia. Mas há muitas coisas em comum, e um referencial que compromete a todas – a crença nos credos históricos, como o dos Apóstolos e o Niceno, a consciência de que tudo o que é necessário para a salvação está contido nas Escrituras, embora a Tradição também seja respeitada, a prática necessária dos dois Sacramentos instituídos por Cristo – o Batismo e a Eucaristia e a forma de governo que contempla o episcopado histórico. Esses quatro elementos essenciais, reunidos num documento chamado “Quadrilátero de Chicago-Lambeth” já foi objeto de estudo em eventos de nossa Igreja. Eles servem como base para o diálogo ecumênico da Comunhão Anglicana com outras fês, juntamente com as verdades doutrinárias contidas no LOC, que é uma das grandes riquezas de nossa Igreja – a vocação litúrgica, acompanhada de um forte acento ecumênico.

## Capítulo 12 – O curso posterior da Igreja da Inglaterra

Ficamos, em nossa história do Anglicanismo, em termos de Inglaterra, no início do século XVII, com o advento dos Stuarts.

Como em todo o seu processo de desenvolvimento histórico, a Inglaterra continuou a viver grandes momentos de dificuldade e intranqüilidade política e administrativa, e a Igreja Inglesa junto, pois, como já dissemos, era e é uma Igreja Estatal. Passaram os Stuarts, outras dinastias se sucederam, com o transcorrer do tempo, mas só queríamos mencionar, como muito importantes para a vida da Igreja Inglesa, 3 movimentos: o Movimento Evangelical, , liderado por John Wesley, no século XVIII, que abalou as estruturas da Igreja de uma maneira tal, que dele derivou uma secessão: o surgimento da Igreja Metodista. A Igreja da Inglaterra, vivendo as mudanças da Revolução Industrial, não teve, no momento, a habilidade de realizar, como instituição, um trabalho pastoral com os marginalizados dos centros urbanos ingleses, egressos do meio rural, em busca do trabalho nas fábricas. Surge então, um homem, marcado pelo antigo fervor religioso, de quem falamos tantos no início do nosso trabalho, e que desencadeou um processo sem volta, na vida da Igreja; sem o querer, ele fundou uma nova Igreja, mas o seu exemplo de zelo e amor ao próximo encontraram seguidores no seio da própria Igreja Inglesa, o que foi extremamente positivo para a sua vida espiritual e comunitária.

O segundo movimento, que não poderíamos deixar de mencionar, foi o de Oxford, acontecido na primeira metade do século XIX e que sacudiu a Igreja da Inglaterra. Diz-se que ninguém ficou indiferente a ele. É difícil sintetizá-lo, devido a sua complexidade, mas, em princípio, ele foi uma reação à intervenção do Parlamento na vida da Igreja e, acima de tudo, uma busca da vivência dos valores da Igreja primitiva e dos Pais Apostólicos. Buscava a pureza na Igreja na sua devoção e gerou conseqüências muito positivas na sua vida, ao incentivar a prática de uma espiritualidade mais consciente.

O terceiro movimento é o de ordem social, o chamado “Cristianismo Social”, tendo em vista as mudanças sociais do século XIX. Seu grande líder, entre outros, é o teólogo F.D. Maurice. Os componentes desse grupo iniciaram uma crítica cristã a respeito da sociedade que permitia o desenvolvimento da pobreza e da iniquidade. O objetivo de Maurice era considerar o mercado, a fábrica, o lar, a universidade, as salas dos governantes, todas áreas de vida para Cristo. O Cristianismo Social declarava que o Evangelho de Cristo é e Evangelho da Redenção, não meramente para as almas dos eleitos na vida por vir, mas em toda a vida e existência de todos os homens, nesta vida e no porvir. Nada mais atual.

O século XX viu a Igreja da Inglaterra ser atingida, como toda a nação, pelas duas Guerras Mundiais, e isso exigiu-lhe mudança de conceitos. A partir daí, as rápidas mudanças sócio-político-culturais e religiosas nos apontam para um mundo carente da palavra e da ação do Evangelho. Esse, o desafio da Igreja da Inglaterra, da Comunhão Anglicana, da IEAB, das Igrejas Cristãs como um todo.

## **CONCLUSÃO**

Como podemos perceber, esse texto é um mero resumo do muito da caminhada do Anglicanismo. Muito deixamos de falar, em termos de processo político, social e religioso, mas foi necessário selecionar ênfases dentro desse mesmo processo.

No entanto, o que me ocorre, no momento, é que as necessidades humanas são as mesmas, desde os tempos dos homens das cavernas: estabilidade, fundamentos, o relacionamento com Deus. Nós, anglicanos, escolhemos uma opção de Cristianismo que permite o uso da consciência, o seguir os passos de Jesus de uma maneira contextualizada, o compromisso com uma fé concretizada na vida prática, conforme nos ensinaram os nossos pais, desde a experiência celta: a valorização do belo, do sobrenatural, da natureza, a consideração com quem está perto de nós, e precisa de nosso testemunho.

Muitos dos temas e problemas que abordamos são os dos nossos dias – a necessidade de uma consciência social, de uma adoração sincera, pessoal e comunitária, com simplicidade e fervor, o conhecimento e o estudo, cada vez maior das Escrituras, mas numa compreensão para nós, no limiar do século XXI. A luta contra a injustiça e a ambição pessoal, que fizeram a moldura dos acontecimentos históricos em muitos períodos da vida do Anglicanismo, também são nossas, hoje. E o uso da liberdade é uma herança vital para nós, mas com as decorrências que ela acarreta.

Porto Alegre, junho de 2000.

Vera Lúcia Simões de Oliveira  
Prof.ª do Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke

### **Bibliografia utilizada:**

*Chadwick, Nora K.* – The Age of the Saints in the Early Celtic Church – London, Oxford University Press, 1961.

*Kenyon, J.P.(org.)* – A Dictionary of British History – London, Pan Books, 1981.

*Moorman, J.R.H.* – A History of the Church in England – New York, Morehouse-Barlow Company, 1963.

*Smith, John* – The Circle and the Cross: An exploration of Celtic spirituality – Its origins and meaning for the Church and Christians today – University College of St Martin, Lancaster, 1997 (tese de mestrado – ainda não editada).

*Neill, Stephen* – El Anglicanismo – Iglesia Espanõla Reformada Episcopal, 1986.

*Chadwick, Owen* – A Reforma – Lisboa, Editora Ulisseia Limitada, 1964.

*Erickson, Carolly* – Bloody Mary – The life of Mary Tudor – London, BCA, 1968.

*Bede* – A History of the English People and Church – London, Penguin Books, 1968.

*George, Margaret* – Autobiografia de Henrique VIII – vol.1 – Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1993.

*Mourois, André* – História da Inglaterra – São Paulo, Editora Flamboyant, 1966.

*Bettenson, H.* – Documentos da Igreja Cristã – S. Paulo, ASTE, 1967.

*Cross, F.L. (ed.)* – The Oxford Dictionary of the Christian Church – London, Oxford University Press, 1958.

*Loades, David* – The Oxford Martyrs – Bangor, Headstart History – 1992.

*Nichols, Robert Hastings* – História da Igreja Cristã – S. Paulo, Casa Editora Presbiteriana – 1978.